

1. Documento: 26278-2023-73

1.1. Dados do Protocolo

Número: 26278/2023

Situação: Ativo

Tipo Documento: Não cadastrado

Assunto: Licitação com período sigiloso

Unidade Protocoladora: DG - DIRETORIA-GERAL

Data de Entrada: 30/06/2023

Localização Atual: AJLC - ASSESSORIA JURIDICA DE LICITACOES E CONTRATOS

Cadastrado pelo usuário: LILIANBC

Data de Inclusão: 01/11/2023 11:55

Descrição: Contrato

1.2. Dados do Documento

Número: 26278-2023-73

Nome: 02_ETP_Fórum-BH_Aquisição-PARTE 1.pdf

Incluído Por: SECRETARIA DE ENGENHARIA

Cadastrado pelo Usuário: BRENODR

Data de Inclusão: 26/10/2023 12:12

Descrição: ETP Aquisição - Parte 1

1.3. Assinaturas no documento

Assinador/Autenticador	Tipo	Data
BRENO DIAS RODRIGUES	Login e Senha	26/10/2023 12:12

Documento Gerado em 06/11/2023 15:25:22

As informações acima não garantem, por si, a validade da assinatura e a integridade do conteúdo dos documentos aqui relacionados. Para tanto, acesse a opção de Validação de Documentos no sistema e-PAD.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

CADERNO 3
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Decisor:	Carlos Athayde Valadares Viegas
Unidade Demandante:	Diretoria-Geral
Integrante demandante:	Carlos Athayde Valadares Viegas
Integrante Técnico:	Breno Dias Rodrigues
Integrante Técnico:	Gerusa Gontijo Guimarães
Integrante Técnico:	Rosilene da Gloria Parreira
Integrante Administrativo:	Ana Rita Gonçalves Lara
Integrante Administrativo:	Junia Mara do Vale

1. CONSIDERAÇÕES DA EQUIPE TÉCNICA DE PLANEJAMENTO

A manifestação e responsabilidade da equipe técnica limita-se exclusivamente aos assuntos de sua área de formação, conforme regulamentado pelos conselhos profissionais¹, de sua experiência prévia e capacitação.

As formações técnicas possuem subáreas com especificidades que, muitas vezes, requerem experiência prévia, cursos e/ou pós-graduação para capacitação. Para análise e manifestação acerca de assuntos técnicos, pode ser necessária também a utilização de ferramentas (realização de testes, ensaios, utilização de softwares etc). Quando for necessária a manifestação da equipe técnica sobre assuntos de sua área de formação, mas em relação aos quais os integrantes não se considerem aptos a opinar, em razão de sua experiência, capacitação e ferramentas disponíveis, poderão ser solicitados pareceres de outros servidores deste Tribunal e/ou contratada consultoria externa.

¹ Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Diante dos apontamentos constantes no Documento de Formalização de Demanda (DFD) acerca do imóvel que abriga o Fórum da Justiça do Trabalho de Belo Horizonte, localizado na Rua Goitacazes, n. 1475, foi elaborado estudo sobre as condições do referido espaço físico e das soluções para os problemas eventualmente constatados, consolidado por meio dos documentos com identificador e-PAD n. 26278-2023-9 a 26278-2023-39.

Concluídos os estudos, a solução delineada foi a “Realização de chamamento público com o objetivo de prospecção de imóveis para locação tradicional ou locação ‘Built to Suit’ (BTS), sem investimento e sem reversão, que atendam aos requisitos para abrigar o Fórum da Justiça do Trabalho de Belo Horizonte, considerando as 48 (quarenta e oito) Varas e os respectivos setores de apoio, instalados em um imóvel único”.

Após a conclusão dos estudos técnicos preliminares ([doc. 26278-2023-28](#)) e em decorrência de orientações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para atendimento da necessidade de análise de uma solução definitiva, foi incluída pela autoridade competente no Termo de Referência, também, a prospecção de imóvel para aquisição ([doc. 26278-2023-40](#)).

Desta forma, foi publicado em 06/10/2023 o Edital de Chamamento Público n. 01/2023 para prospecção de mercado imobiliário visando alugar ou adquirir imóvel para abrigar o Foro Trabalhista da Capital, conforme doc. id. 40564-2023-11.

Depois de publicado o edital, o CSJT apresentou sugestões de adequações no instrumento visando ampliar as possibilidades de soluções definitivas. Dentre as observações, destacamos a sugestão do Conselho pela retirada do edital da prospecção de imóveis na modalidade *built to suit*, cuja configuração requer investimentos preliminares por parte do ofertante e, assim, tem o potencial de afastar possíveis participantes do certame. Diante disso, a Direção do TRT determinou a suspensão do referido edital para as modificações necessárias, de acordo com as novas diretrizes dada pelo Conselho Superior.

Desse modo, em atendimento à determinação da Administração,



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

apresenta-se novo ETP com foco na aquisição de imóvel, na forma tradicional, para o fim já mencionado.

2.1. ANÁLISE DO IMÓVEL DO FÓRUM DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE

2.1.1. INTRODUÇÃO

O prédio situado na Rua Goitacazes, n. 1475, foi construído a partir de um programa de uso misto, que requeria um edifício de serviços e uma galeria de uso comercial no térreo. Apresenta área aproximada de 16.444,76m², distribuída em 19 (dezenove) pavimentos (subsolo, térreo, sobreloja, 1º pavimento, 2º pavimento, pilotis, 4º a 16º pavimento), sendo cerca de 12.271m² de propriedade da União, destinados ao TRT, e o restante pertencente à galeria comercial local (propriedade de terceiros).

A edificação é composta por torre única, com geometria recortada, e entrada pelo térreo, de onde se acessa o saguão dos elevadores e a escada de incêndio. A circulação vertical interliga os pavimentos e divide o prédio de forma assimétrica, resultando em um volume frontal cuja área de pavimento totaliza cerca de 130 m² e o restante, de fundos, 290 m². A sobreloja e o 1º pavimento de garagem atualmente não possuem parada de elevadores, embora a sua construção esteja prevista na obra de modernização de elevadores que está em curso via Secretaria de Gestão Predial (SEGPRED).

As fachadas Norte e Sul (frente e fundo, respectivamente) apresentam recuo em relação aos volumes das extremidades ao longo de toda a extensão do volume central, bem como janelas em fita com peitoril alto. Já as fachadas Leste e Oeste (laterais) apresentam amplas janelas em formato retangular de dimensões variadas. Nenhuma das fachadas envidraçadas é protegida por elementos de sombreamento, embora o próprio recorte do volume produza sombra em algumas aberturas (ver **Figura 1**).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



Figura 1 - Edifício Rua Goitacazes 1475 - Fachada frontal norte e lateral leste.

Fonte: Google Street View

O prédio possui projeto aprovado no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG [Anexo I], o qual apresenta a restrição de população máxima de 100 (cem) pessoas por pavimento, limite imposto pelas dimensões da porta e largura da escada de emergência, conforme normativo da referida Corporação.

2.1.2. OCUPAÇÃO ATUAL

Em 2020, a Administração do TRT decidiu remodelar a utilização do prédio, designando-o como Edifício Sede do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte, que então comportaria as 48 (quarenta e oito) Varas do Trabalho da Capital e as seguintes unidades: Secretaria de Apoio Judiciário, Secretaria de Atermação e Distribuição de Feitos de 1º Grau, Juízo Auxiliar de Execução, Seção de Assistência Odontológica e Seção de Assistência à Saúde, além de áreas de apoio para servidores e terceirizados.

A configuração adotada na reforma previu que cada pavimento tipo teria 4 (quatro) Varas do Trabalho, de modo que as 48 (quarenta e oito) varas seriam acomodadas do 5º ao 16º pavimento e os demais setores no 2º, 3º e 4º pavimentos. Dentro das possibilidades do espaço, dividido de forma assimétrica pela circulação vertical, foi possível acomodar as quatro salas de audiência na



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

parte da frente (voltada para a Rua Goitacazes) e as quatro secretarias e sala de espera na parte do fundo da edificação. Os outros pavimentos foram ocupados pelos demais setores, conforme **Quadro 1** abaixo:

Quadro 1 - Tabela de áreas por pavimento no imóvel da rua Goitacazes, 1.475.

Fonte: Secretaria de Engenharia

Pavimento	Sector	Área (m²)
Térreo	Portaria	141,60
Mezanino	CEF	207,20
1º	Garagem	1.973,00
2º	Garagem	1.076,80
	Juízo Auxiliar de Execuções	176,00
	Administrativo	350,00
	Terceirizados	160,00
	Cessão de espaço	56,00
3º	Secretaria de Apoio Judiciário	135,00
	Secretaria de Atermação e Distribuição de Feitos de 1º Grau	148,00
	AMATRA	145,00
4º	Seção de Assistência à Saúde	135,00
	Seção de Assistência Odontológica	290,00
5º ao 16º	4 Varas do Trabalho	445,00
	4 Salas de Audiências	
Geral	Circulação e Espera	1.937,40
Área Total:		12.271,00

2.1.2.1. MOBILIÁRIO

O layout das salas de audiência e secretarias utiliza mobiliário padrão deste Regional, com as seguintes características:

- Estação de Trabalho (em “L”): 750 mm (altura) x 1.400 mm (lado A) x 1.400 mm (lado B)
- Gaveteiro volante: 630 mm (altura) x 500 mm (profundidade) x 390 mm (largura)



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

- Armário baixo: 740 mm (altura) x 500 mm (profundidade) x 800 mm (largura)
- Armário alto: 1.600 mm (altura) x 500 mm (profundidade) x 800 mm (largura)
- Mesa de Trabalho Juiz: 750 mm (altura) x 600 mm (largura) x 1.400 mm (comprimento)
- Mesa de Audiência: 750 mm (altura) x 1.000 mm (largura) x 2.000 mm (comprimento)
- Cadeira Giratória Operacional com braços
- Cadeira Giratória Operacional sem braços
- Cadeira de Diálogo Fixa sem braços
- Cadeira para pessoa obesa
- Longarina

As imagens da **Figura 2** a **Figura 5** trazem as plantas do 2º, 3º, 4º pavimentos e do pavimento tipo, respectivamente. A **Figura 5** detalha a situação atual na qual as salas de audiências não se conectam às Secretarias das Varas do Trabalho, pois estão separadas pela circulação vertical e pela espera das audiências. Próximo às audiências foi previsto um bloco de sanitários e copa para uso privativo dos magistrados. Na espera, existem dois sanitários públicos individuais, um deles adaptado às pessoas com deficiência [**Figura 5**].

As secretarias não possuem balcão para atendimento público e possuem área interna compatível com a colocação de até 11 (onze) estações de trabalho com as dimensões atualmente adotadas pelo TRT. Cada dupla de secretarias divide um conjunto de sanitários e copa, acessados através de um corredor de uso prioritário dos servidores (embora não exclusivo). O espaço interno das secretarias não permitiu a instalação de gabinete para os magistrados, o que seria possível através da redução do espaço da secretaria, que passaria a ter sete estações de trabalho [**Figura 6**]².

Importa destacar que a ocupação máxima, acima citada, não possibilita a colocação de armários em quantidade aparentemente suficiente para o número de servidores.

² Após solicitações de alguns magistrados, foi realizado estudo com a implantação de alguns gabinetes, os quais foram construídos em apenas algumas das varas do Trabalho do prédio.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

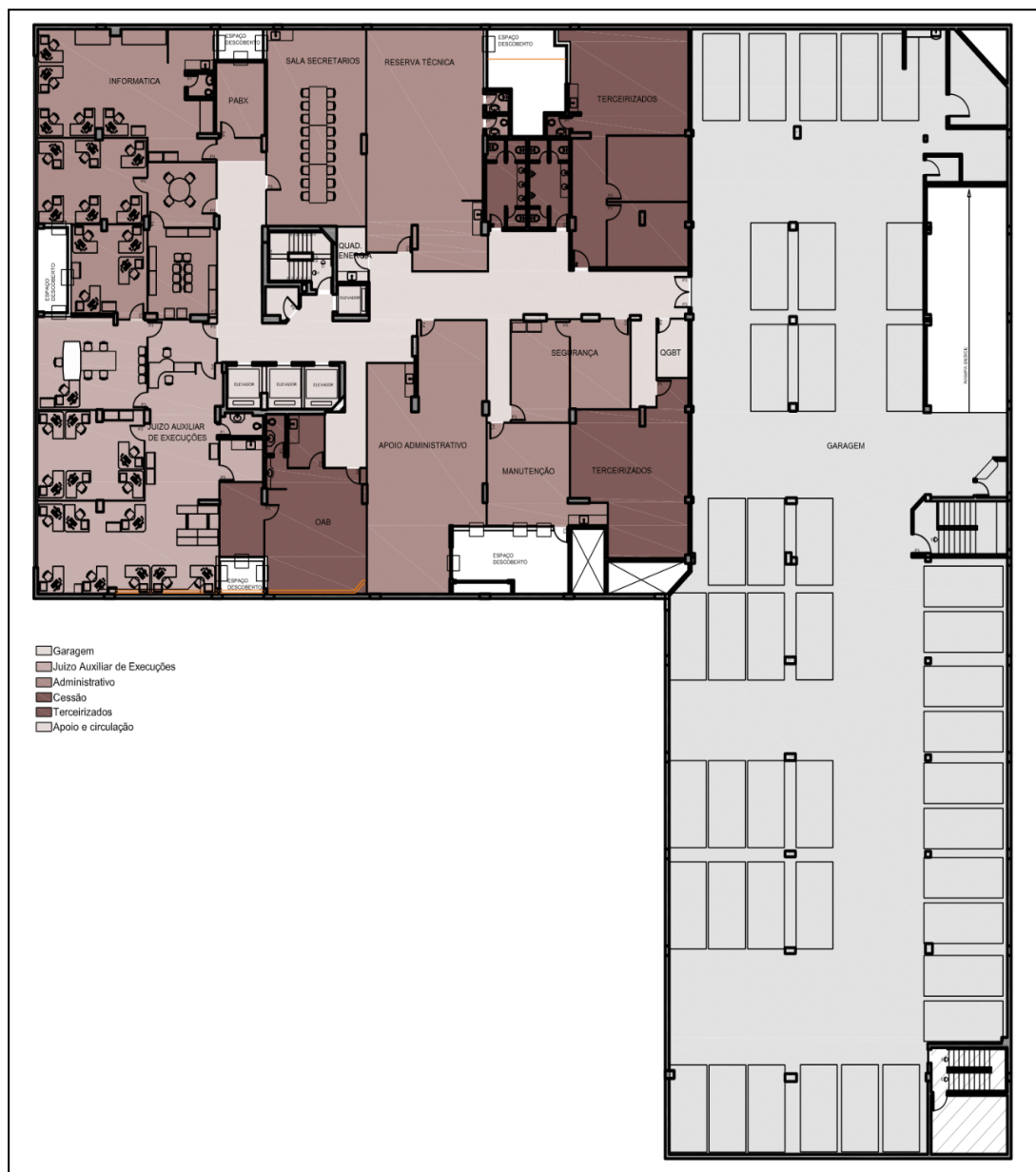


Figura 2 - Planta atual do 2º pavimento do prédio da Rua Goitacazes 1475.
Fonte: Secretaria de Engenharia



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

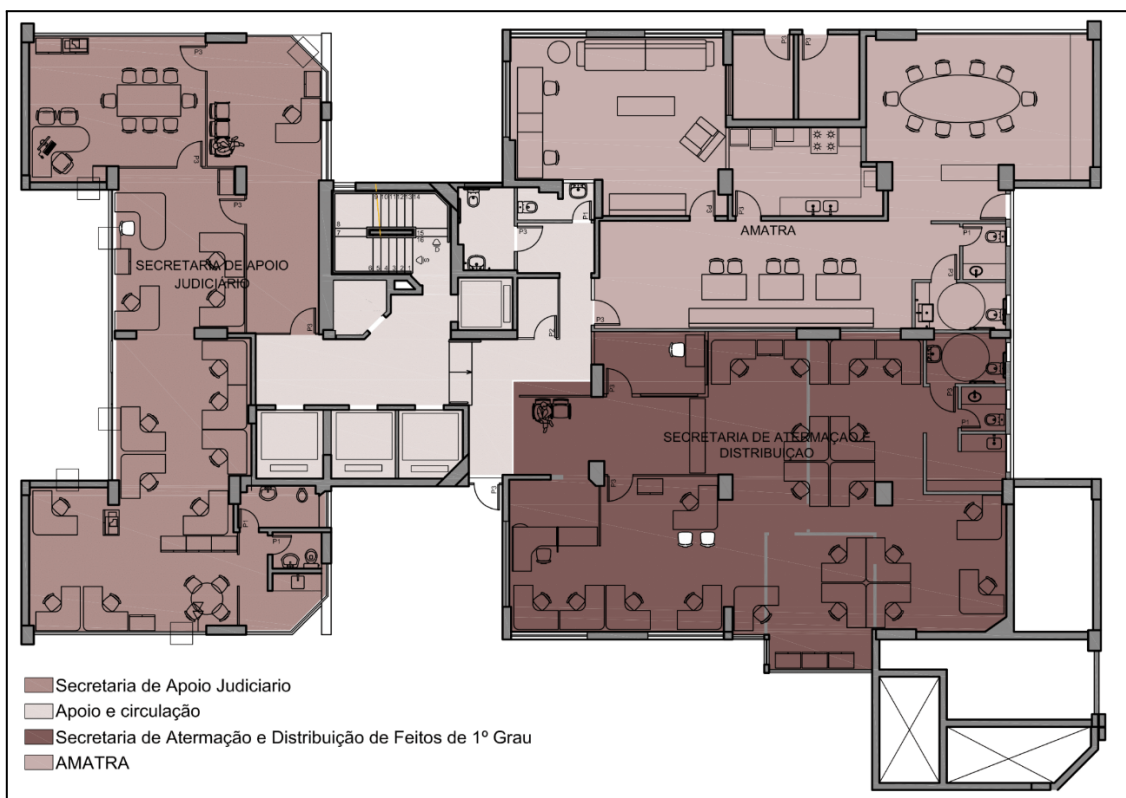


Figura 3 - Planta atual do 3º pavimento do prédio da Rua Goitacazes 1475.
Fonte: Secretaria de Engenharia

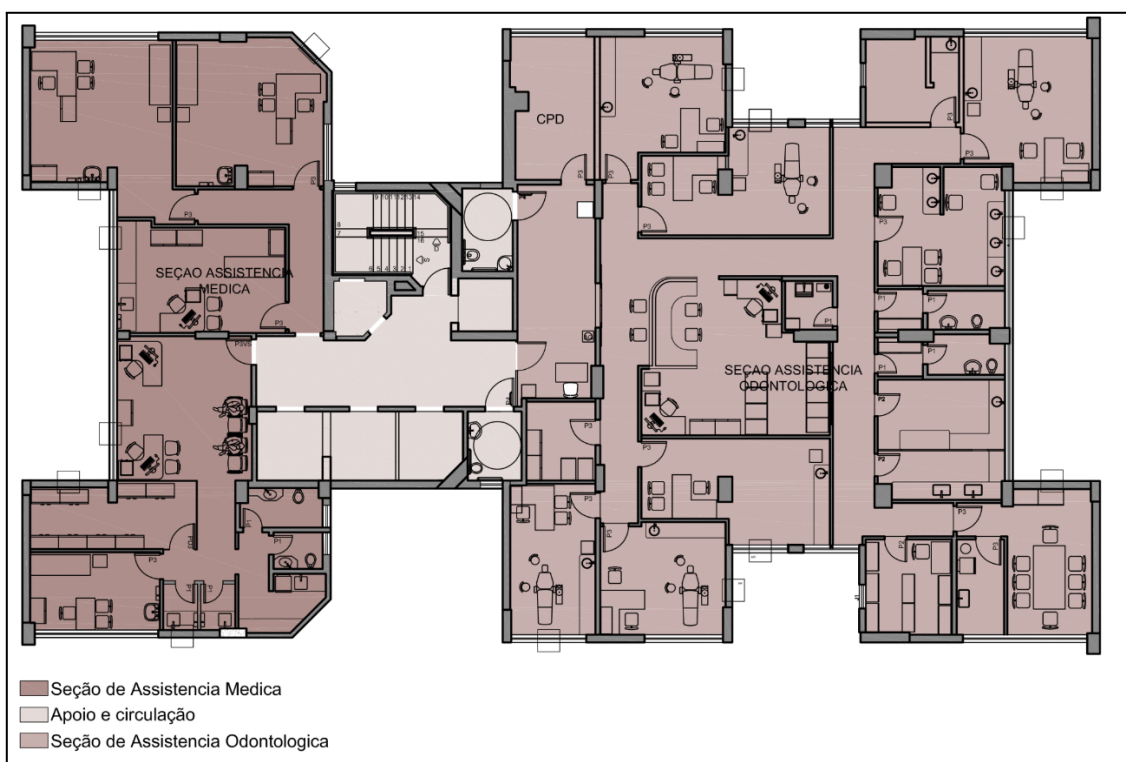


Figura 4. Planta atual do 4º pavimento do prédio da Rua Goitacazes 1475.
Fonte: Secretaria de Engenharia



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

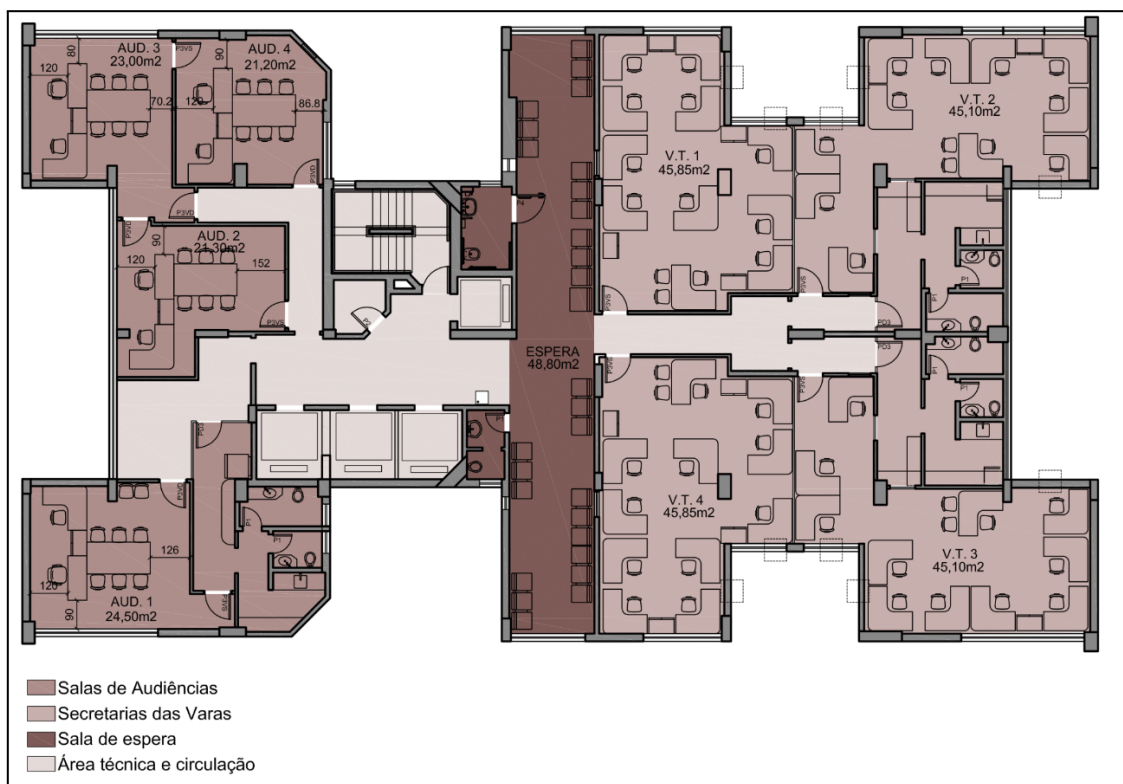


Figura 5 - Planta do pavimento tipo atual (sem gabinete de juiz).
Fonte: Secretaria de Engenharia

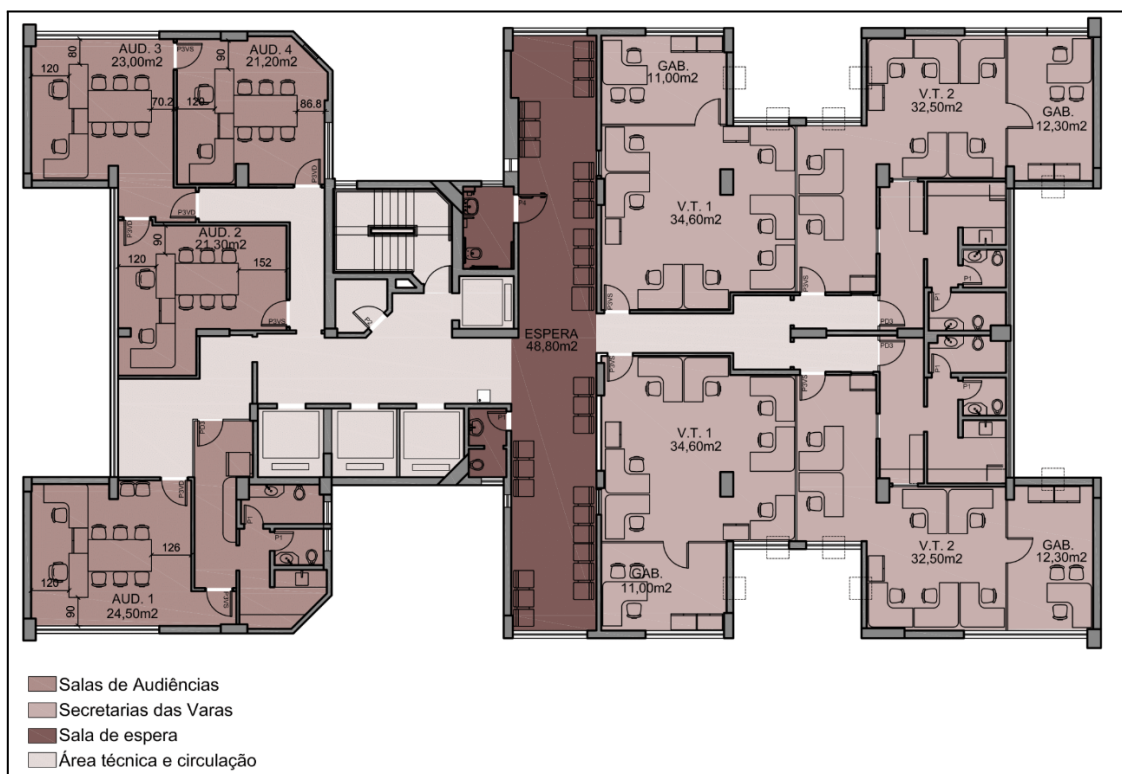


Figura 6 - Planta do pavimento tipo atual (com gabinete de juiz).
Fonte: Secretaria de Engenharia



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

2.1.2.2. REFERENCIAL DE ÁREA DOS AMBIENTES

A [Resolução CSJT Nº 70](#), de 24 de setembro de 2010, apresenta referenciais de áreas e custos e diretrizes para elaboração de projetos no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Graus. É importante ressaltar que, nos termos das notas que acompanham a tabela de referência (Anexo I da Resolução), as áreas discriminadas podem ser flexibilizadas em função de *características funcionais ou locais*, não significando, em princípio, critérios intransponíveis³. O **Quadro 2** abaixo traz o comparativo entre as áreas referenciais do CSJT e as áreas existentes no edifício ocupado, considerando os cenários com gabinete para juízes e sem o gabinete, conforme os detalhes apresentados na **Figura 5** e na **Figura 6** do item anterior:

Quadro 2 – Comparativo de áreas construídas e de referência - Resolução nº 70/CSJT.

Fonte: Secretaria de Engenharia

Ambiente	Área Existente	Área Res. CSJT 70/2010	Diferença em relação ao min. de norma
Audiência 1	24,50	20 a 35	22,50%
Audiência 2	21,30	20 a 35	6,50%
Audiência 3	23,00	20 a 35	15,00%
Audiência 4	21,20	20 a 35	6,00%
Secretaria- VT-1- Sem gabinete	45,85	55 a 82,5*	-16,64%
Secretaria VT-2- Sem gabinete	45,10	55 a 82,5*	-18,00%
Secretaria VT-3-Sem gabinete	45,10	55 a 82,5*	-18,00%
Secretaria VT-4-Sem gabinete	45,85	55 a 82,5*	-16,64%
Secretaria VT-1-Com gabinete	34,60	35 a 52,5**	-1,14%
Secretaria VT-2- Com gabinete	32,50	35 a 52,5**	-7,14%
Secretaria VT-3-Com gabinete	32,50	35 a 52,5**	-7,14%
Secretaria VT-4-Com gabinete	34,60	35 a 52,5**	-1,14%

³ As notas de rodapé que acompanham o Anexo I da Resolução CSJT Nº 70/2010 apresentam em linhas gerais “Definição de parâmetros para elaboração de estudos de viabilidade e projetos preliminares, além de possibilidade de redução de espaço decorrente da utilização de PJe, audiência virtual ou telepresencial, reuniões por videoconferência, sem prejuízo de ambientes, mobiliários e equipamentos existentes com redução de custos de implantação, operação, conservação e manutenção”.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Ambiente	Área Existente	Área Res. CSJT 70/2010	Diferença em relação ao min. de norma
Gabinete 1***	11,00	15 a 25	-26,67%
Gabinete 2***	12,30	15 a 25	-18,00%
Gabinete 3***	12,30	15 a 25	-18,00%
Gabinete 4***	11,00	15 a 25	-26,67%

*considerando ocupação máxima de 11 (onze) servidores

** considerando ocupação máxima de 7 (sete) servidores

*** caso seja implantado

As Varas atualmente não contam, em regra, com gabinete para juiz. Considerando a ausência de gabinetes para juízes e o uso do mobiliário padrão deste Regional para as secretarias das Varas do Trabalho (VTs), a capacidade máxima é de cerca de 11 (onze) postos de trabalho - em configuração que restringe espaço para armários e demais mobiliários. Por outro lado, segundo informações do Portal da Transparência e dados da Secretaria de Desenvolvimento de Pessoas, além do juiz, a lotação média por VT é de 10 (dez) servidores, 2 (dois) estagiários e 1 (um) residente jurídico.

Assim, seguindo a metodologia de cálculo constante da tabela do Anexo I da Resolução 70/CSJT, na configuração atual, as secretarias das Varas apresentam área (em m² por servidor) cerca de 17% abaixo do referencial mínimo do Conselho. Na configuração que conta com o gabinete de juiz, a capacidade máxima é reduzida para 7 (sete) postos de trabalho – inferior, portanto, à lotação paradigma. Além disso, o próprio gabinete implantado nessas condições se mostra limitado, com área construída entre 18% e 27% abaixo do referencial da Resolução nº 70 do CSJT.

Salientamos que, pela literalidade da redação do normativo do Conselho, a disponibilidade de gabinete para juiz nas varas não figura como obrigatória. Nos termos do Anexo II da Resolução, o gabinete para magistrado pode ser adotado *quando compatível e opcionalmente, em face de limitações*



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

arquitetônicas⁴.

2.1.2.3. VENTILAÇÃO E ILUMINAÇÃO

O [Código de Edificações do Município de Belo Horizonte, Lei nº 9.725, de 15 de julho de 2009](#), estabelece as normas e as condições para execução de construção, modificação ou demolição de edificações, assim como para o licenciamento destas. Traz em seus Anexos V e VI os parâmetros de área mínima dos vãos de iluminação e ventilação, calculado em relação à área de piso do ambiente, correspondendo, no caso dos ambientes de permanência prolongada, a um sexto da área de piso.

Apresenta-se a seguir, no **Quadro 3**, o comparativo entre as áreas mínimas de iluminação e ventilação previstas na Lei 9.725/2009 e as mesmas áreas existentes no edifício ocupado, considerando, novamente, os cenários com e sem gabinetes para juiz:

Quadro 3. Diferenças percentuais de áreas de iluminação e ventilação entre as opções estudadas e os referenciais legais.

Fonte: Secretaria de Engenharia

Ambiente	Área min. C.E.	Área janela	Diferença em relação ao min. de norma
Audiência 1	4,08	5,46	33,71%
Audiência 2	3,55	3,18	-10,42%
Audiência 3	3,83	5,46	42,43%
Audiência 4	3,53	1,62	-54,15%
Secretaria- VT-1- Sem gabinete	7,64	5,81	-23,97%
Secretaria VT-2- Sem gabinete	7,52	7,91	5,23%

⁴ Conforme redação do Anexo II da Res nº 70/CSJT, “a célula básica de sede jurisdicional para funcionamento de vara, salvo quanto às Secretarias e aos Cartórios Judiciais que adotem os processos virtuais, é estruturada por um conjunto mínimo de ambientes de trabalho composto por:

a. Sala de audiências;

b. Secretaria;

c. Gabinete para magistrado quando compatível e opcionalmente, em face de limitações arquitetônicas;

d. Espera e atendimento ao público;

e. Espaços de assessoria, assistentes, conciliação prévia opcional, em face de limitações arquitetônicas, ou central de conciliação;

f. Espaços para os setores administrativos, a distribuição e os oficiais de justiça”



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Ambiente	Área min. C.E.	Área janela	Diferença em relação ao min. de norma
Secretaria VT-3-Sem gabinete	7,52	7,91	5,23%
Secretaria VT-4-Sem gabinete	7,64	5,81	-23,97%
Secretaria VT-1-Com gabinete	5,77	2,45	-57,51%
Secretaria VT-2- Com gabinete	5,42	4,27	-21,17%
Secretaria VT-3-Com gabinete	5,42	4,27	-21,17%
Secretaria VT-4-Com gabinete	5,77	2,45	-57,51%
Gabinete 1*	1,83	3,36	83,27%
Gabinete 2*	2,05	3,64	77,56%
Gabinete 3*	2,05	3,64	77,56%
Gabinete 4*	1,83	3,36	83,27%

* caso seja implantado

O desempenho do usuário em um ambiente é influenciado pelas condições de conforto oferecidas no espaço. O conforto térmico e lumínico são variáveis significativas na aferição da sensação de conforto nas edificações, por isso os níveis de iluminação e ventilação naturais são sempre exigências dos Códigos de Obras e Edificações Municipais.

Conforme demonstrado no **Quadro 3**, as salas de audiência 2 e 4 e as secretarias 1 e 4 não atingem o nível de iluminação e ventilação mínimos previstos no Código de Obras e Edificações de Belo Horizonte. Na hipótese de instalação de gabinetes, todas as quatro secretarias passariam a estar fora dos referenciais da legislação.

A promoção do conforto térmico e lumínico depende de muitas variáveis que vão desde a orientação da edificação à especificação das esquadrias. Aumentar o tamanho dos vãos pode não representar a garantia da melhor condição de conforto, mas é uma das estratégias possíveis para melhorar a qualidade em espaços que, por já estarem edificados, oferecem menores oportunidades de modificação. Tal estratégia poderia ser utilizada nos ambientes que não atingiram os



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

níveis previstos no Código de Edificações, mas carece de estudos mais aprofundados para verificar se é possível alcançar os parâmetros referenciais em todas as situações, inclusive com gabinete em todas as secretarias, além de considerar os procedimentos para aprovação do projeto junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte cujo trâmite, em princípio, é obrigatório pelo fato de a edificação estar inserida em área de diretrizes especiais de Belo Horizonte (Polo da Moda).

2.1.2.4. QUALIDADE ACÚSTICA DAS SALAS DE AUDIÊNCIA

O conforto acústico de um ambiente está relacionado com o parâmetro de qualidade sonora percebida pelos usuários, podendo ser obtida quando, em uma certa faixa de intensidades de ruído no ambiente, as pessoas sentem-se confortáveis. Estes valores variam de acordo com a localização, o tipo e a atividade desenvolvida no ambiente e são previstos em normas técnicas.

Na reforma do edifício para nova ocupação pelas Varas, as paredes entre as salas de audiências foram construídas em *drywall* com isolamento acústico (preenchimento em lã de rocha), portas prancheta comuns ou de vidro e forro de gesso acartonado. Contudo, o conforto acústico nessas salas tem sido objeto de reclamações recorrentes por parte dos magistrados e servidores, que alegam que os ruídos vindos das salas vizinhas prejudicam a execução das audiências.

Diante disso, fez-se necessária a contratação de empresa especializada para a execução de análise do desempenho acústico das salas de audiência, bem como para propor as respectivas melhorias para os problemas porventura encontrados.

Como resultado da referida contratação, foi elaborado, pela empresa Sonarq Soluções de Acústica, o Laudo de Análise Acústica de Ambientes Corporativos (Anexo II). Conforme consta no documento, os trabalhos foram iniciados com as “medições dos níveis sonoros em diversos pontos distintos, no décimo segundo andar e em horário específico”. O Laudo também esclarece que “a análise foi realizada em apenas um pavimento (12º andar), nas salas de audiência das varas 29ª, 30ª, 31ª e 32ª, em virtude de a configuração das salas e materiais



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

utilizados nas paredes, forros e portas se repetirem em todos demais andares que possuem salas de audiência”.

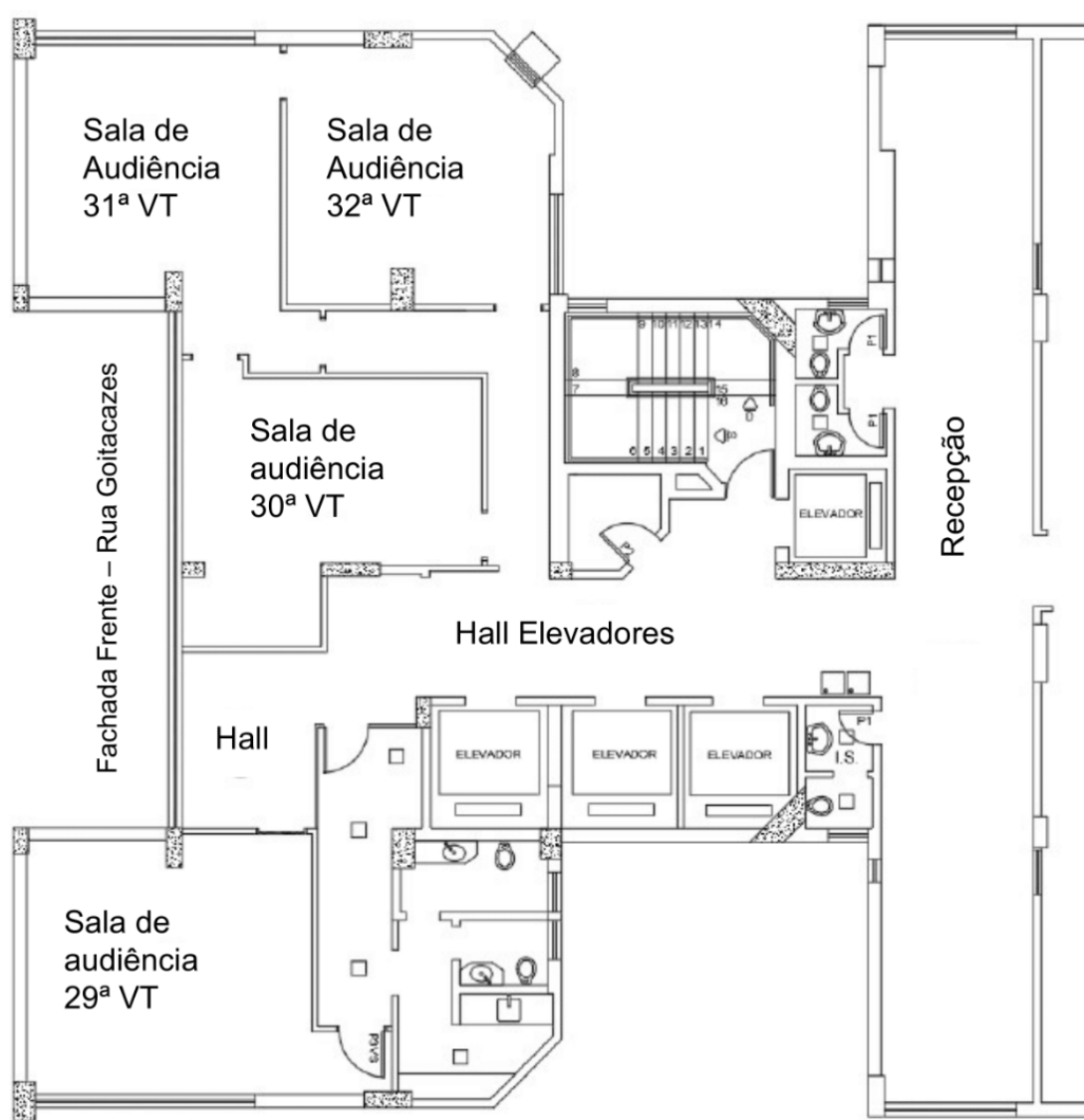


Figura 7 - Ambientes de medição (sem escala)

Fonte: Laudo de Análise Acústica de Ambientes Corporativos - Sonarq Soluções de Acústica (adaptado)

A empresa responsável dividiu a referida medição em três etapas, a saber:

i) Etapa 1: Verificação dos níveis de ruído de fundo, cuja finalidade é detectar ruídos provenientes de outras fontes, uma vez que, os ambientes medidos não estavam sendo utilizados no instante da medição;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

ii) Etapa 2: Verificação do tempo de reverberação, “para verificar se as salas de audiência possuem excesso de reverberação, que, quando encontrado, prejudica principalmente a inteligibilidade da fala, provocando equívocos de entendimento da palavra ou sentença expressa”; e

iii) Etapa 3: Verificação do nível de isolamento acústico, medindo a “atenuação sonora que o objeto em questão é capaz de provocar”.

A partir das análises dos resultados obtidos, são apresentadas as seguintes conclusões:

i) Etapa 1:

9.1.1. O Ruído de Fundo, detectado nos ambientes medidos, não alcançou níveis prejudiciais às atividades laborativas conforme determina a NR 15 Anexo 1.

(...)

9.1.2 O ruído de fundo também não prejudicou à (sic) medição do nível de isolamento acústico, uma vez que o ruído gerado pela fonte emissora mascarou (sobrepôs) o ruído de fundo.

9.1.3 As salas de audiência que obtiveram maior ruído de fundo foram as das 29ª Vara (LAeq,T = 52,1dB) e 31ª Vara (LAeq,T = 50,5 dB), devido as janelas estarem voltadas para as ruas do entorno.

ii) Etapa 2:

9.2.1. Não foi detectado excesso de reverberação nas salas de Audiência que prejudicassem (sic) a inteligibilidade da fala, (...). A sala de audiência com maior tempo de reverberação foi a da 31ª Vara (1,1 segundos), é recomendado que seja aplicado materiais absorvedores na mesma (sic) para diminuir a reverberação para valores menores que 1 segundo. Nas demais salas é recomendável também que haja aplicação de materiais absorvedores, pois estes também contribuem para o isolamento.

9.2.2. É importante salientar que por mais que as salas não tenham apresentado excesso de reverberação que prejudique a



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

inteligibilidade, alguns equipamentos muito ruidosos (que porventura possam existir nas salas), também prejudicam a compreensão de palavra falada além de causar prejuízo a (sic) saúde auricular. Portanto recomenda-se verificação/manutenção dos equipamentos ruidosos.

(grifo nosso)

iii) Etapa 3:

9.3.1 (...) peessoas conversando/transitando na recepção, no hall do elevador e no hall menor prejudicam o funcionamento das salas de audiência, tanto no silêncio esperado, quanto na inteligibilidade nas salas.

9.3.2 (...) ruídos de conversas e equipamentos provenientes da sala da 29ª Vara não prejudicam as demais salas de audiência.

9.3.3 Nas situações onde os ambientes emissores foram as salas das Varas 30ª, 31ª e 32ª, tendo as demais salas como ambientes receptores, houve captação dos ruídos, chegando a mascarar (sobrepôr) os sons ambientes nas salas de audiência das Varas 30ª, 31ª e 32ª, o que prejudica os trabalhos nas salas mencionadas. Vale dizer que, nesse caso, a sala de audiência da 29ª Vara não é prejudicada, pois o ruído emitido pelas demais salas não chega a sobrepôr o som ambiente da mesma (sic).

(...)

(grifo nosso)

A partir do diagnóstico do desempenho acústico das salas de audiência, a Contratada elaborou projeto arquitetônico com as propostas de soluções, as quais incluíam: i) substituição das portas de acesso às salas por portas de madeira maciça com vedação de frestas; ii) troca das paredes de drywall; e iii) instalação de forro de espuma acústica sobre o forro de gesso existente. A



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

implantação de tais melhorias, por sua vez, foi estimada em R\$1.309.216,81, data-base de março de 2023 ([doc. 8708-2023-15](#))⁵.

A partir do estudo elaborado pela equipe técnica da Secretaria de Engenharia (SENG)⁶, constata-se que a troca das paredes de drywall por outras com maior espessura (necessárias para isolamento acústico) ocasiona a diminuição da área útil da maioria das salas de audiência, redução que dificulta ainda mais o atendimento aos requisitos de acessibilidade, conforme detalhado no próximo item.

Abaixo, o quadro comparativo com as alterações de dimensões, considerando as salas de audiência objetos da medição acústica. Cumpre destacar que a modificação será igual nas salas de audiência dos demais pavimentos que estiverem no mesmo alinhamento.

Quadro 4 – Comparativo de dimensões

Fonte: Secretaria de Engenharia

Ambiente	Área atual (m²)	Área com novo drywall (m²)	Diferença em relação ao atual
Sala de Audiência 29ª VT	24,50	23,11	-6%
Sala de Audiência 30ª VT	21,30	18,24	-14%
Sala de Audiência 31ª VT	23,00	23,11	1%
Sala de Audiência 32ª VT	21,20	20,60	-3%

Ponderamos, ainda, que a melhoria da qualidade acústica requer a contratação de obra específica, com duração estimada de 12 (doze) meses, segundo informações da SENG.

2.1.2.5. ACESSIBILIDADE

A acessibilidade nos espaços edificados de uso público é baseada em um conjunto de legislação, normas e especificações que possibilitam o uso confortável e autônomo dos espaços para o maior número de pessoas possível. Os

⁵ Conforme diretriz da Administração, a instrução do processo para contratação de empresa para a execução das melhorias de acústica foi paralisada até a conclusão da análise das condições do espaço físico do imóvel do Fórum e eventuais decisões quanto às soluções pertinentes.

⁶ O estudo considerou os aspectos de acessibilidade referentes às circulações e áreas de aproximação para as portas de acesso.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

critérios e parâmetros técnicos a serem observados para garantir as condições de acessibilidade nas edificações estão previstos na norma ABNT NBR 9050:2020, a qual deve ser observada em conjunto com as legislações estaduais e municipais, devendo, em caso de divergência, ser adotada a mais benéfica ao usuário.

Em fevereiro de 2021, a empresa Mímesis Arquitetura & Interiores, por solicitação da Amatra3, elaborou laudo técnico contendo a Avaliação Técnica do Projeto de Reforma do Edifício do Fórum do Trabalho de Belo Horizonte ([doc. 1875-2021-23](#)). O documento lista os apontamentos abaixo, relativos às inconformidades em relação às normas e legislação vigente sobre a acessibilidade:

- Ausência de sanitários adaptados em todos os pavimentos;
- Ausência de áreas de aproximação de portas em vários pontos;
- Assentos reservados em quantidade inferior ao mínimo estabelecido na norma;
- Ausência de área de resgate na escada de emergência.

Listou, ainda, outros pontos que não puderam ser verificados devido ao nível de detalhamento do projeto arquitetônico disponibilizado para análise:

- Sinalização tátil, visual e sonora;
- Alarmes visuais e sonoros;
- Alturas de corrimãos e guarda-corpos;
- Desníveis internos e seus tratamentos;
- Sinalização e itens de segurança obrigatórios nos elevadores;
- Balcões e guichês de atendimento ao público;
- Equipamentos de controle de acesso;
- Vagas de estacionamento para PCD e idosos, nos termos da legislação federal.

A lista apresentada no laudo não parece exaustiva, já que outros pontos de não-conformidade em relação a norma de acessibilidade poderiam ser identificados. Nesse particular, cumpre salientar que o projeto arquitetônico desenvolvido à época da mudança das varas para o imóvel não contemplou as



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

intervenções de acessibilidade que envolvessem obras significativas, já que a reforma ocorreria em etapas: inicialmente seriam realizadas as intervenções necessárias de alteração dos leiautes existentes para adequá-los ao funcionamento do Fórum Trabalhista e posteriormente seriam realizadas as adequações de acessibilidade e outras melhorias na edificação.

Importante ressaltar que o TRT incluiu ainda em 2021 os itens nº 44 e nº 45 no seu Plano Anual de Aquisições de 2022⁷, contemplando duas frentes específicas voltadas à acessibilidade de suas instalações: a contratação de empresas especializadas para realização de levantamentos, execução ou atualização de projetos e detalhamentos para adequações de acessibilidade conforme norma ABNT NBR 9050:2020, para unidades na Capital e no Interior do Estado. A estratégia de contratar a elaboração dos projetos executivos detalhados das adaptações de acessibilidade de seus imóveis foi alternativa que objetivou mitigar a insuficiência da equipe própria de engenheiros e arquitetos lotados no Órgão, diante da elevada demanda, ao mesmo tempo em que busca a padronização das soluções e, em última instância, o melhor resultado final aos usuários das edificações.

Nesse sentido, em 28 de março de 2023, foi aberta a sessão pública do Pregão Eletrônico n. 12/23 (PE 12/23)⁸, cujo objeto era a contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Executivo Completo de Acessibilidade para os imóveis próprios em uso pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região em Belo Horizonte, em trâmite através do processo interno e-PAD n. 9.693/2023. Contudo, em razão de equívoco procedimental que resultou na desclassificação indevida de uma das propostas, a fase externa do Pregão foi anulada em 12/04/2023. O processo foi novamente instruído, agora com a revisão do valor de referência da contratação, tendo a sessão de lances do novo [Pregão Eletrônico nº 24/2023](#) sido realizada no dia 26.06.2023, às 13:30h, encontrando-se em fase de análise da exequibilidade da melhor proposta. O imóvel do Edifício Sede do Fórum

⁷ Disponível em <https://portal.trt3.jus.br/internet/transparencia/licitacoes-e-contratos/plano-anual-de-aquisicoes>

⁸ Edital disponível em <https://portal.trt3.jus.br/internet/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes/licitacoes-a-partir-de-2018/>



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Trabalhista de Belo Horizonte terá, portanto, seu projeto de acessibilidade desenvolvido pela empresa vencedora do certame.

As intervenções para adequação da acessibilidade em prédios existentes, construídos sem o adequado planejamento de acessibilidade, encontram maiores limitações técnicas e custos mais elevados. A criação de rotas acessíveis requer uma série de critérios, os quais implicam adaptações que interferem na estrutura do imóvel, tais como: alterações no dimensionamento de espaços, ampliação de largura de portas, passagens e corredores, construção de rampas, reforma de sanitários, dentre outras.

O edifício da rua Goitacazes, n. 1475, apresenta, como maior desafio, as limitações dimensionais. Embora a NBR 9050 preveja parâmetros específicos como alternativa para os casos de reforma, trazendo inclusive o conceito de *impraticabilidade*, quando através de laudo comprova-se tecnicamente a impossibilidade do atendimento de algum item da norma, acreditamos que a necessidade de atendimento às disposições da norma deve ser mais pronunciada quando se trata de espaços de uso público cujas condições de acessibilidade, inclusive, são objeto de frequente acompanhamento pelo Ministério Público.

Um dos aspectos mais significativos na adaptação do edifício da rua Goitacazes trata-se da construção de sanitários acessíveis para atender os magistrados, os servidores e o público usuário. Para a NBR 9050, considerando se tratar de reforma de prédio existente, é aceitável um sanitário adaptado por pavimento, desde que comprovada a impraticabilidade de construção de todos eles adaptados. A princípio, não foram identificados, pela equipe técnica, elementos que justifiquem a impraticabilidade. Portanto, seria necessário reformar e/ou construir sanitários acessíveis no interior de todas as Varas e nos conjuntos de sanitários de uso exclusivo dos magistrados.

Importante ressaltar que a Resolução 70 do CSJT também traz recomendações em relação aos sanitários. Sugere que, no programa arquitetônico da célula básica de sede jurisdicional, seja previsto um conjunto de instalações sanitárias separadas para atender o público externo, coletivo por gênero, os servidores, coletivo por gênero e os magistrados, privativo individual ou privativo



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

coletivo por gênero, sendo que ao menos um sanitário em cada um dos três grupos deve ser adaptado às pessoas com deficiência.

Outros exemplos significativos das dificuldades ou desafios de adaptação já diagnosticados no imóvel são aqueles relacionados a circulações e aproximações das salas de audiência, com restrições de disponibilidade de áreas de manobra de cadeiras de rodas e de reserva de espaço para módulos de referência (M.R). Tais parâmetros, definidos em detalhes na norma de acessibilidade, dizem respeito às distâncias e dimensões capazes de propiciar a livre movimentação de pessoas em cadeira de rodas (P.C.R) e pessoas com mobilidade reduzida (P.M.R) em um ambiente, representados graficamente nas figuras a seguir:

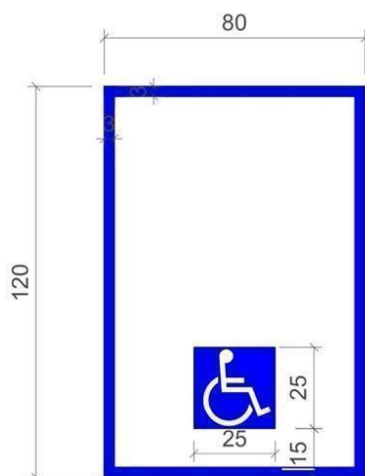


Figura 8 – Módulo de Referência (M.R) e suas dimensões normativas
Fonte: Secretaria de Engenharia



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

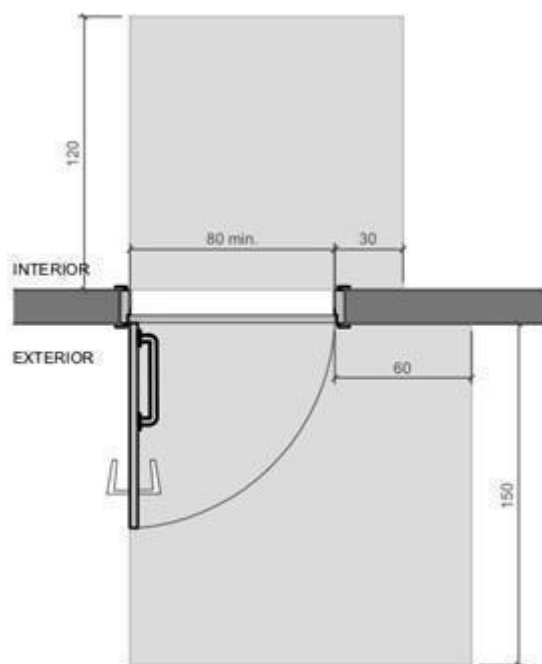


Figura 9 – Aproximações de portas e suas distâncias de referência.
Fonte: Secretaria de Engenharia

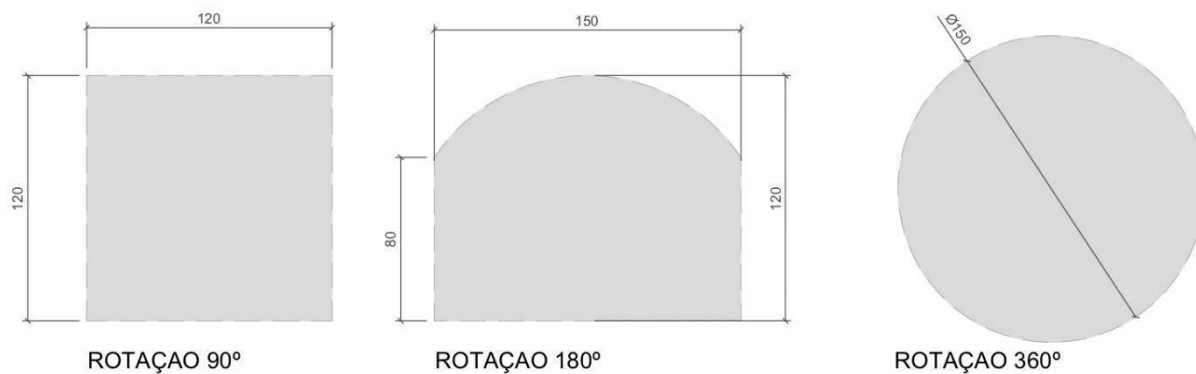


Figura 10 - Áreas de manobra de cadeira de rodas sem deslocamento
Fonte: Secretaria de Engenharia



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

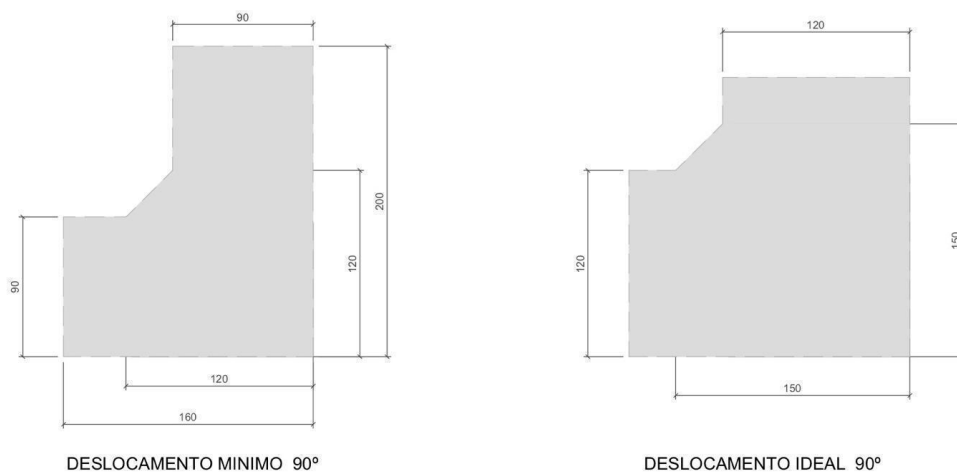


Figura 11 - Áreas de manobra de cadeira de rodas com deslocamento
Fonte: Secretaria de Engenharia

Além dos parâmetros dimensionais acima ilustrados, um ambiente de sala de audiência ideal seria aquele cujas dimensões são capazes de comportar mobiliário em quantidade suficiente e com dimensões apropriadas para o magistrado, digitador de audiências, advogados, partes, testemunhas e outros, espaços estes todos capazes de receber pessoas em cadeiras de rodas e pessoas com mobilidade reduzida. Nesse sentido, o croqui abaixo representa uma sala de audiências *ideal*, incluindo espaços para deslocamentos, giros e esperas conforme norma de acessibilidade:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

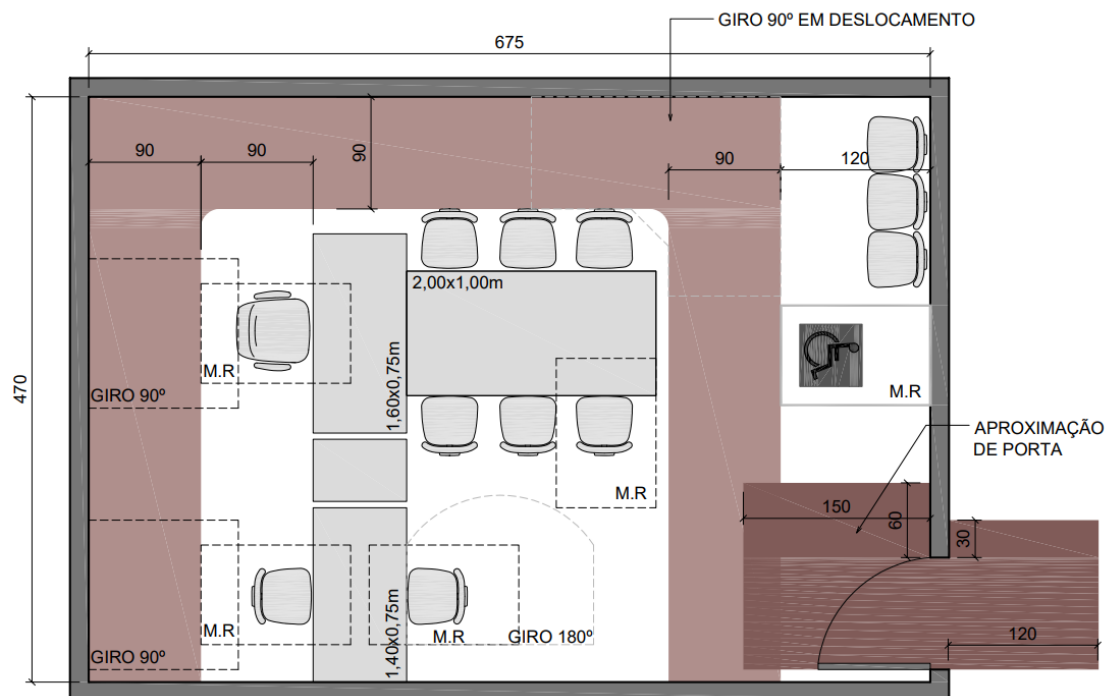


Figura 12 – Representação esquemática de uma sala de audiências acessível em termos de espaços para circulação e manobra.

Fonte: Secretaria de Engenharia

Destacamos, a partir do esquema acima, as seguintes características dimensionais necessárias:

- Garantia de área de aproximação da porta **[Figura 12]**;
- Circulação livre de no mínimo 0,90m para acesso em cadeira de rodas, em torno da mesa das partes e também por trás das mesas do magistrado e digitador;
- Previsão de cadeira para testemunha junto à mesa do digitador, com possibilidade de utilização por pessoa em cadeira de rodas, ou seja, previsão de um MR com dimensão para realização de giro de 180° para manobra de retorno;
- Possibilidade de utilização da mesa das partes por pessoa em cadeira de rodas, ou seja, previsão de um MR sem interferência nas circulações necessárias;
- Possibilidade de utilização da mesa do magistrado e do digitador por pessoa em cadeira de rodas, ou seja, previsão de um MR com circulação mínima de 0,90m por trás da projeção para não atrapalhar o acesso à mesa do digitador.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Além disso, possibilidade de giro de 90° para entrar e sair da mesa;

- Todas as circulações com giro de 90° precisam atender às dimensões mínimas previstas na norma [**Figura 12**];
- Previsão de espaço para cadeiras para público, inclusive com reserva para pessoas em cadeira de rodas (MR), mantendo circulação livre de 0,90m.

Na situação atual do imóvel da rua Goitacazes, 1.475, todavia, as salas de audiência apresentam limitações dimensionais cujos reflexos podem dificultar as soluções para promoção da acessibilidade ideal. Ademais, para adequar a acústica das salas de audiência, as paredes terão suas espessuras modificadas e devem ser reposicionadas para garantir a largura mínima dos corredores de acesso às audiências 2, 3 e 4. Diante disso, as análises a seguir foram desenvolvidas já considerando as intervenções para adequação da acústica. Para o caso da sala de audiências nº 1, por exemplo, podemos apontar as seguintes características:

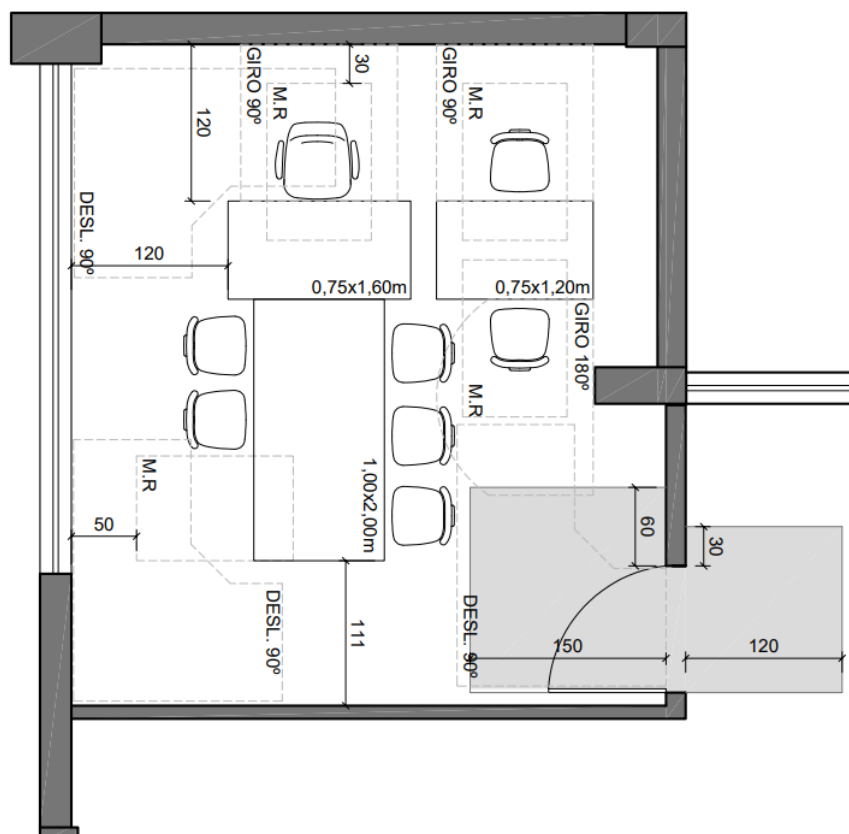


Figura 13 – Layout atual da sala de audiências nº 1 com dimensões indicadas.

Fonte: Secretaria de Engenharia

- A porta de acesso à sala possui espaço adequado para transposição [**Figura**



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

13], ou seja, proporciona a abertura e fechamento por PCR;

- O espaço entre a mesa das partes e a parede tem largura de 1,11m, ou seja, é adequado para circulação por PCR (mín. 0,90m).
- A manobra de 90° [**Figura 13**] para acesso às mesas do magistrado e do digitador é possível, mas caso a mesa das partes esteja sendo utilizada por PCR a circulação atrás do MR terá apenas 0,50m de largura, ou seja, a largura é insuficiente para a circulação de PCR (mín. 0,90m);
- É possível que as mesas de trabalho do magistrado e do digitador sejam acessadas e utilizadas por PCR. Contudo, o espaço entre o final da projeção do MR e a parede tem apenas 0,30m de largura, ou seja, a largura é insuficiente para a circulação de PCR (mín. 0,90m). Na prática significa que, se o magistrado for cadeirante, a circulação de acesso à mesa do digitador fica muito prejudicada e inviável às PCR;
- É possível prever um MR para a testemunha, mas devido às dimensões do espaço, não é possível realizar a manobra de retorno, que requer o giro de 180° [**Figura 13**];
- Não é possível prever a colocação de cadeiras extras, somente as seis cadeiras da mesa das partes.

Para o caso da sala de audiências nº 2, podemos construir a seguinte avaliação:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

apenas 0,30m de largura, ou seja, a largura é insuficiente para a circulação de PCR (mín. 0,90m). Na prática, significa que, se o magistrado for cadeirante, a circulação de acesso à mesa do digitador fica muito prejudicada e inviável às PCR;

- A mesa do digitador não pode ser utilizada por PCR já que o pilar impossibilita a projeção do MR e o giro para manobra de 90° [Figura 14] para retorno;
- Não é possível prever a colocação de cadeiras extras, somente as quatro cadeiras da mesa das partes.

Para o caso da sala de audiências nº 3, podemos construir a seguinte avaliação:

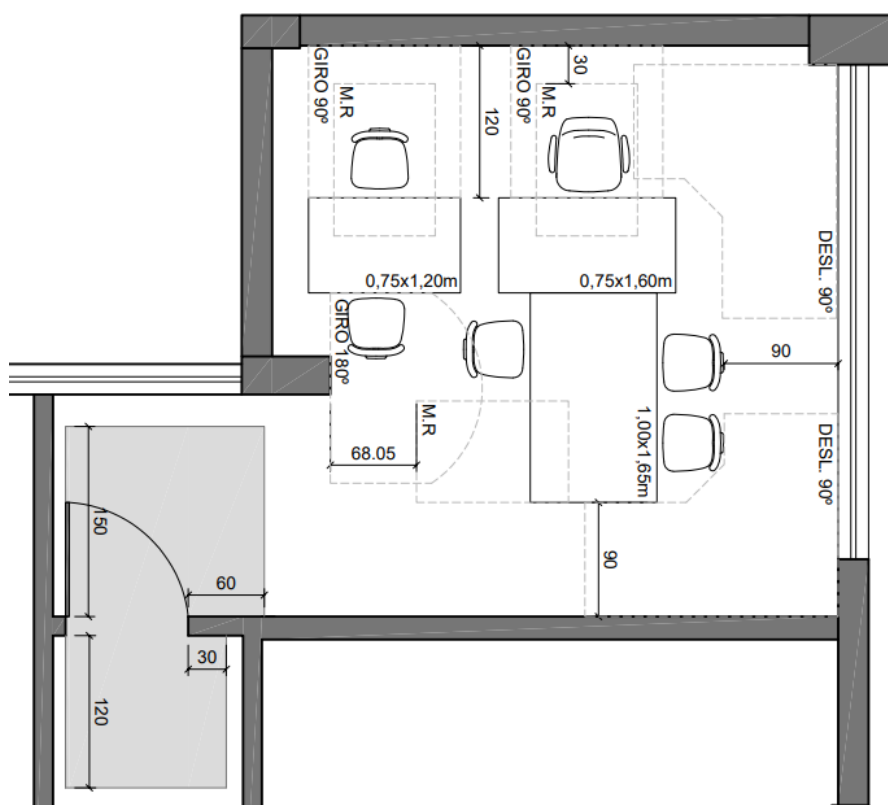


Figura 15 - Layout atual da sala de audiências nº 3 com dimensões indicadas.

Fonte: Secretaria de Engenharia

- A porta de acesso à sala possui espaço adequado para transposição [Figura 15], ou seja, proporciona a abertura e fechamento por PCR;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

- Para que o espaço entre a mesa das partes e a parede tenha largura de 0,90m, mínima necessária para circulação por PCR, a mesa das partes precisa ser reduzida no comprimento em 0,35m, ficando com dimensão de 1,00mx1,65m, compatível com a colocação de somente duas cadeiras de cada lado;
- A manobra de 90° [**Figura 15**] para acesso do magistrado e digitador é possível;
- É possível que as mesas de trabalho do magistrado e do digitador sejam acessadas e utilizadas por PCR. Contudo, o espaço entre o final da projeção do MR e a parede tem apenas 0,30m de largura, ou seja, a largura é insuficiente para a circulação de PCR (mín. 0,90m). Na prática, significa que, se o magistrado for cadeirante, a circulação de acesso à mesa do digitador fica muito prejudicada e inviável às PCR;
- É possível prever um MR para a testemunha, mas devido às dimensões do espaço, não é possível realizar a manobra de retorno, que requer o giro de 180° [**Figura 15**];
- Não é possível prever a colocação de cadeiras extras, somente as quatro cadeiras da mesa das partes.

Para o caso da sala de audiências nº 4, podemos construir a seguinte avaliação:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

insuficiente para a circulação de PCR (mín. 0,90m). Na prática, significa que, se o magistrado for cadeirante, a circulação de acesso à mesa do digitador fica muito prejudicada e inviável às PCR;

- Se houver cadeirantes na mesa das partes, a circulação de acesso às mesas do magistrado e digitador é reduzida para 0,5048m de largura, incompatível com a circulação de PCR (mín. 0,90m);
- É possível prever um MR para a testemunha, mas, devido às dimensões do espaço, não é possível realizar o acesso para as PCR, já que o deslocamento de 90° não é viável [**Figura 16**];
- Não é possível prever a colocação de cadeiras extras, somente as quatro cadeiras da mesa das partes.

Além das dificuldades na obtenção das dimensões necessárias para áreas de circulação e manobra nas salas de audiência, podemos também identificar limitações dimensionais em corredores e acessos de público, conforme abaixo:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

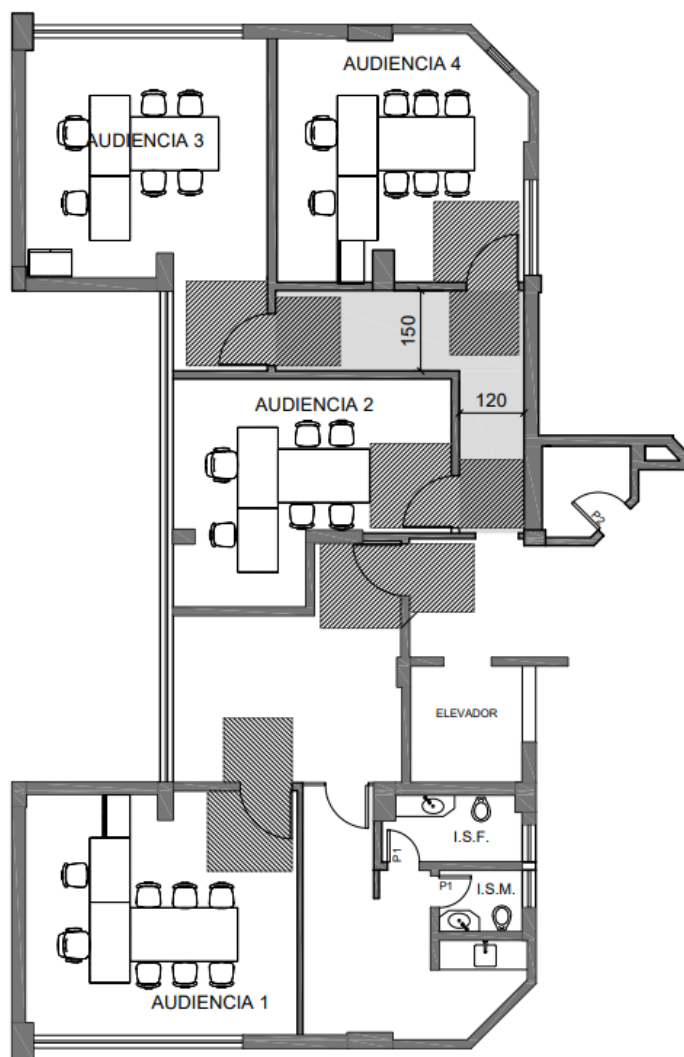


Figura 17 – Destaques das áreas de aproximação de portas e largura de corredores nos acessos às audiências.

Fonte: Secretaria de Engenharia

Conforme indicado na **Figura 17**, os corredores de acesso às salas de audiência 2, 3 e 4, já considerando as modificações para adequação da acústica, ficarão com 1,20m no primeiro trecho e 1,50m no segundo trecho. Esse dimensionamento utiliza a flexibilização prevista no item 6.11.1.1 da NBR 9050:2020, que atenua os requisitos para os casos de reforma de edifícios existentes, onde for impraticável o atendimento da largura ideal, que, no caso dos corredores de uso público, é 1,50m.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

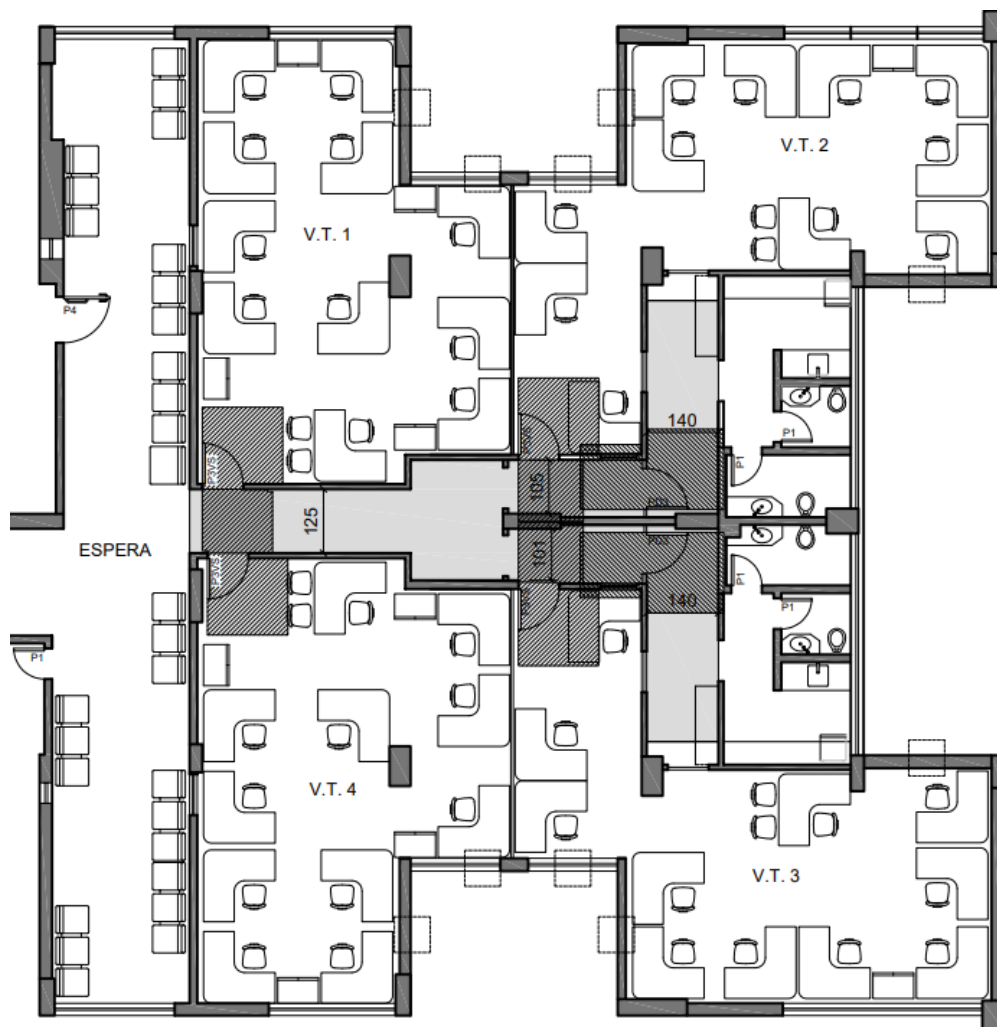


Figura 18 – Destakes das áreas de aproximação de portas e largura de corredores nos acessos às secretarias.

Fonte: Secretaria de Engenharia

O corredor de acesso às secretarias também não tem 1,50m de largura. As portas das secretarias 2 e 3 e as portas de acesso às copas não apresentam dimensões suficientes para garantir a aproximação de porta prevista na NBR 9050:2020 [Figura 18]. A adequação demandaria a demolição de paredes com diminuição das áreas internas dos ambientes.

Salientamos que a avaliação minuciosa das condições de acessibilidade do edifício, bem como a viabilidade do cumprimento da totalidade dos parâmetros previstos na norma somente será possível após a concretização do projeto arquitetônico a ser desenvolvido pela empresa que será contratada através



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

do processo licitatório em curso, como já citado. De todo modo, é possível concluir que as limitações dimensionais dos pavimentos do imóvel da rua Goitacazes, 1.475, conforme ilustrado e na configuração de quatro varas por andar, representam desafios consideráveis para o maior cumprimento de critérios normativos de acessibilidade.

2.1.3. OCUPAÇÃO ALTERNATIVA COM NOVO MOBILIÁRIO

Para aumentar o número de estações de trabalho nas secretarias das Varas e ainda garantir as dimensões para circulação, manobra e transposição de objetos pelas pessoas com deficiência, foi desenvolvido um estudo utilizando um mobiliário diferente do padrão utilizado neste Regional: nas secretarias, mesa de trabalho dos servidores; nas audiências, mesas de trabalho do juiz e mesa de trabalho do digitador.

A mesa padrão utilizada nas salas de audiência para as partes (1,00x2,00m) não permite que seja garantida a largura livre de 90 cm para transposição de objetos. Portanto, se mantida a configuração atual das salas, as salas de audiência 3 e 4 terão que utilizar mesas menores, 1,00x1,65 m e 1,00x1,80 m, respectivamente. Importante destacar que, na configuração atual, a largura mínima de 90 cm pode não estar sendo obedecida.

Já para o estudo do novo mobiliário das Secretarias das Varas foi realizado, primeiramente, o cálculo de postos de trabalho necessários para atender a atual demanda do Regional. Para tanto, foi realizado, primeiramente, o levantamento das pessoas lotadas por vara:

- Total de Juiz: 1
- Servidores: 10 (lotação conforme [Res. GP n. 232/2022](#))⁹

⁹ Conforme verifica-se no [Quadro de Lotação das Varas da Capital](#), disponível no portal do TRT3, apesar de a Resolução GP n. 232/2022 prever 10 pessoas, a lotação atual varia entre as Varas. Destaca-se que, dentro da previsão das 10 pessoas, a referida Resolução inclui 1 Diretor de Secretaria, 2 Assistentes de Juiz, 1 Assistente de Gabinete, 3 Assistentes de Secretaria e 3 servidores sem função comissionada. Observa-se, portanto, que não estão incluídos os estagiários e residentes jurídicos.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

- Residente Jurídico¹⁰: 1
- Estagiários¹¹: 2

A partir de tais dados, foram calculados os números de postos de trabalho, conforme previsão constante na Resolução CSJT 70/2010. Em seu Anexo I, que trata sobre os “Referenciais de Área para a Elaboração de Projetos”, a Resolução considera “peso 1,0 para trabalho local” e “peso 0,5 para trabalho a distância ou central de atendimento e estagiários”. Para a determinação da quantidade de teletrabalhadores, foi considerado o percentual máximo de 30%¹² sobre a lotação paradigma de 10 pessoas. Diante disso, estimou-se que são necessários, no mínimo, 12 (doze) postos de trabalho por vara, conforme quadro abaixo:

Quadro 5 – Memória de cálculo de postos de trabalho para fins de cálculo de áreas referenciais conforme Res. Nº 70/CSJT.
Fonte: Secretaria de Engenharia

Servidor/Magistrado	Quant.	Anexo I Res. CSJT 70/2010	
		Peso	Nº Postos de Trabalho
Juiz	1	1	1
Servidor presencial	7	1	7
Servidor teletrabalho	3	0,5	1,5
Residente Jurídico	1	1	1
Estagiário	2	0,5	1
Total			11,5

¹⁰ Conforme verifica-se na [Relação de Residentes Jurídicos](#) disponibilizada no site do TRT3, existem 17 (dezessete) residentes jurídicos lotados em varas da Capital. Com exceção da 16ª Vara que possui dois residentes jurídicos, as demais contam com apenas um em seu quadro.

¹¹ Conforme verifica-se na [Relação de Estagiários](#) disponibilizada no site do TRT3, existem 99 (noventa e nove) estagiários contratados para trabalhar nas varas de Belo Horizonte. Considerando que são 48 (quarenta e oito) varas, tem-se uma média de dois estagiários por vara.

¹² O percentual máximo de teletrabalho está previsto na [Instrução Normativa CONJUNTA GP/GCR/GVCR N. 78, DE 24 DE MARÇO DE 2022](#).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assim, foi realizado estudo distribuindo os 12 (doze) postos de trabalho, incluindo aquele do juiz, sem haver, no entanto, a separação de um gabinete para esse magistrado (**Figura 19**). Caso seja utilizado este mobiliário com as dimensões indicadas, com a separação de um gabinete, verifica-se que é possível alocar 10 (dez) postos na área da Secretaria, além do posto do juiz em gabinete separado (**Figura 20**).



Figura 19 - Pavimento tipo com mobiliário reduzido – sem gabinete para magistrado.
Fonte: Secretaria de Engenharia



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO



Figura 20 - Pavimento tipo com mobiliário reduzido – com gabinete para magistrado.
Fonte: Secretaria de Engenharia

O estudo em questão, com mesas retangulares no lugar das estações do trabalho em “L”, foi elaborado considerando as seguintes características dos mobiliários:

- Gaveteiro volante: 630mm (altura) x 500mm (profundidade) x 390mm (largura)
- Armário baixo: 740mm (altura) x 500mm (profundidade) x 800mm (largura)
- Armário alto: 1600mm (altura) x 500mm (profundidade) x 800mm (largura)
- Arquivo frontal de aço para pastas suspensas: 1335mmx450mmx700mm
- Mesa de Trabalho: 750mm (altura) x 750mm (largura) x 1200mm (comprimento)
- Mesa de Trabalho Juiz: 750mm (altura) x 750mm (largura) x 1500mm (comprimento)



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

- Mesa de Audiência: 750mm (altura) x 1000mm (profundidade) x 2000mm (comprimento)*¹³
- Cadeira Giratória Operacional com braços
- Cadeira Giratória Operacional sem braços
- Cadeira de Diálogo Fixa sem braços
- Cadeira para pessoa obesa
- Longarina

Cumprе ressalvar que as mesas de trabalho seguem as características necessárias de ergonomia determinadas pela Seção de Saúde Ocupacional, conforme [documento disponibilizado no Portal do TRT3](#), que trata sobre a Especificação Técnica do Mobiliário. Deste modo, eventual decisão de estudo nesse sentido deve envolver a avaliação minuciosa dos setores técnicos pertinentes para que seja comprovada a sua viabilidade técnica.

Não obstante a modificação do mobiliário atual das varas ser uma das hipóteses a se verificar, é possível identificar preliminarmente que, em termos de área construída, tal solução inequivocamente piora as condições de atendimento aos parâmetros mínimos já prejudicados, conforme avaliação do **Quadro 2**. Em outras palavras, e principalmente nas secretarias, o aumento do quantitativo possível de postos de trabalho via redução das dimensões do mobiliário resulta na diminuição da relação m²/servidor, atualmente já inferior àquela da Res. nº 70/CSJT, conforme quantifica a tabela comparativa do **Quadro 6**:

Quadro 6 – Comparativo do parâmetro m²/servidor nas secretarias em diferentes configurações.

Fonte: Secretaria de Engenharia

Ambiente	Área disponível (m ²)	Capacidade máxima de postos	m ² /servidor máximo	Mínimo da Res. 70 (m ² /servidor)	Diferença em relação ao min. de norma
Secretaria- VT-1- Sem gabinete, mesa "L"	45,85	11	4,17	5	-16,64%

¹³ O comprimento da mesa de audiência é variável em cada sala, em função da distância mínima de 90cm para transposição de objetos.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Ambiente	Área disponível (m²)	Capacidade máxima de postos	m²/servidor máximo	Mínimo da Res. 70 (m²/servidor)	Diferença em relação ao min. de norma
Secretaria VT-2- Sem gabinete, mesa "L"	45,10	11	4,10	5	-18,00%
Secretaria VT-3-Sem gabinete, mesa "L"	45,10	11	4,10	5	-18,00%
Secretaria VT-4-Sem gabinete, mesa "L"	45,85	11	4,17	5	-16,64%
Secretaria VT-1-Com gabinete, mesa "L"	34,60	7	4,94	5	-1,14%
Secretaria VT-2- Com gabinete, mesa "L"	32,50	7	4,64	5	-7,14%
Secretaria VT-3-Com gabinete, mesa "L"	32,50	7	4,64	5	-7,14%
Secretaria VT-4-Com gabinete, mesa "L"	34,60	7	4,94	5	-1,14%
Secretaria- VT-1- Sem gabinete, mesa retangular	45,85	12	3,82	5	-23,58%
Secretaria VT-2- Sem gabinete, mesa retangular	45,10	12	3,76	5	-24,83%
Secretaria VT-3-Sem gabinete, mesa retangular	45,10	12	3,76	5	-24,83%
Secretaria VT-4-Sem gabinete, mesa retangular	45,85	12	3,82	5	-23,58%
Secretaria VT-1-Com gabinete, mesa retangular	34,60	10	3,46	5	-30,80%
Secretaria VT-2- Com gabinete, mesa retangular	32,50	10	3,25	5	-35,00%
Secretaria VT-3-Com gabinete, mesa retangular	32,50	10	3,25	5	-35,00%
Secretaria VT-4-Com gabinete, mesa retangular	34,60	10	3,46	5	-30,80%

2.1.4. SISTEMA DE ELEVADORES E AR CONDICIONADO

Considerando as atribuições técnicas e o corpo de profissionais que



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

integram a Secretaria de Gestão Predial (SEGPRED), esta Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) enviou comunicação interna àquela Unidade solicitando a prestação de informações sobre as características e projeções sobre o funcionamento e sobre a modernização dos sistemas de elevadores e de climatização do prédio da rua Goitacazes, 1475. Como resposta, esta Equipe recebeu as informações sobre o sistema de elevadores, abaixo reproduzidas:

Encaminhamos, em anexo, o cálculo do tráfego dos elevadores da Rua dos Goitacazes na situação atual e o que se espera após os trabalhos de modernização e a norma técnica de onde foram extraídos os parâmetros técnicos. A NBR 5665 de 1983, ainda vigente, traz todos os requisitos técnicos para que um conjunto de elevadores atenda à capacidade de tráfego de uma edificação.

De antemão, informa-se que a capacidade de tráfego dos elevadores será impactada pelo acréscimo de uma parada no nível da garagem adquirida e agora integrante do percurso para acesso, e também em outro nível para acesso ao posto bancário exclusivo aos magistrados e servidores, considerando todos os quatro equipamentos. Alerta-se, ainda, que a incapacidade atual dos elevadores deve-se às falhas no funcionamento e não às características projetadas para o funcionamento dos equipamentos.

Estima-se que a capacidade de tráfego do conjunto de elevadores, após modernizado, seja de 94 (noventa e quatro) passageiros transportados num intervalo de 5 (cinco) minutos, desde que ocorra o funcionamento e o uso correto dos equipamentos, inclusive pelos usuários. Com os cálculos baseados na norma NBR 5665, a edificação exige uma capacidade de transporte mínima de 80 pessoas num intervalo de cinco minutos, considerando uma ocupação de 800 pessoas simultaneamente no interior da edificação.

Elevadores instalados na Rua dos Goitacazes, 1475				
Número de Série	21105	21106	21107	21434
Tipo	Passageiro			
Linha	SUPERDYNE com controle VVVF			
Paradas	16 Paradas			17 Paradas
Capacidade Interna da Cabina	12 pessoas - 840 kg			08 pessoas - 560 kg
Velocidade Nominal do Carro	120 m/min			105 m/min
Sistema de abertura de portas	Abertura Central			Abertura Lateral



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Os elevadores estão em fase de modernização contratada junto a ELEVADORES ATLAS ELEVADORES LTDA, CNPJ 00.028.986/0010-07 considerando a substituição dos 4 equipamentos com características similares e modernizadas ou atualizadas, adotando-se o modelo Schindler 3000 Plus, conforme detalhado abaixo.

Pos.	Produto	Qtd	Percurso	Poço / Ú.Par e Caixa¹	Cabina e Portas²
100	Schindler 3000 Plus - 900 kg, 12 pess, 18 par, 2.0 m/s	1	58,7 m	1843 / 4465 2030 x 2190	1350 x 1500 x 2400 2100 x 900
200	Schindler 3000 Plus - 900 kg, 12 pess, 18 par, 2.0 m/s	1	58,7 m	1843 / 4465 2030 x 2190	1350 x 1500 x 2400 2100 x 900
300	Schindler 3000 Plus - 900 kg, 12 pess, 18 par, 2.0 m/s	1	58,7 m	1843 / 4465 2030 x 2190	1350 x 1500 x 2400 2100 x 900
400	Schindler 3000 Plus - 600 kg, 8 pess, 18 par, 1.75 m/s	1	58,7 m	1220 / 4110 1660 x 1675	1200 x 1250 x 2339 2000 x 800

Os serviços de modernização (serão completamente substituídos) possuem um prazo previsto em 600 dias. Considerando no princípio a elaboração de projetos, aprovação, fabricação dos equipamentos e posteriormente a desmontagem e montagem de cada equipamento, individualmente para reduzir impacto operacional, no decorrer da modernização. Os primeiros eventos ficaram prejudicados em função de eventos relacionados a logística de fabricação e de componentes eletrônicos, oriundos da China (Covid).

Assim, efetivamente a modernização contratada segundo expectativa do Eng. Paulo Henrique Ribeiro dos Santos, Supervisor de Instalações da Elevadores Atlas Schindler, poder-se-á considerar quanto à contratação efetivada para a Rua Goitacazes 1475, que deverá ser analisada quanto às condições de entrega, oportunamente:

- 1º elevador previsão de entrega para 30/07/2023;
- 2º elevador início 03/08/2023 e entrega 20/11/2023;
- 3º elevador início 02/12/2023 e entrega 30/03/2024;
- 4º elevador início 03 /04/2024 e entrega 30/07/2024

Quanto ao sistema de climatização do imóvel, a Secretaria de Gestão Predial apresentou as seguintes informações:

O Fórum da Justiça do Trabalho de Belo Horizonte situado na Rua Goitacazes, 1475, conta com andar térreo, devidamente climatizado utilizando-se equipamentos do tipo SPLIT, devidamente dimensionados para o ambiente do Hall de entrada do Fórum, no decorrer de 2021, quanto da reforma contratada por empreitada implantou equipamentos no térreo. Na sobreloja acima da projeção do hall de espera, existe sistema de climatização instalado sob responsabilidade do usuário local, qual seja,



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

posto bancário da CEF, para atender magistrados e servidores. No 1º nível de garagem não há demanda de climatização. No 2º andar no tocante a parte do espaço utilizado como áreas de apoio, depósito, almoxarifado e principalmente terceirizados de conservação e limpeza, manutenção predial e segurança, os equipamentos anteriores do tipo ACJ foram substituídos por novos equipamentos do tipo SPLIT, no decorrer de 2022. No 3º e 4º andar foram instalados equipamentos do tipo SPLIT, considerando adaptações realizadas para espaço dos magistrados, atividades de apoio e correlatas com as atividades das Varas propriamente dita, atendimento médico de urgência e assistência odontológica para magistrados e servidores.

Para os andares tipo do 5º ao 16º andar (48 Varas), foram substituídos os antigos aparelhos do tipo ACJ das salas de audiências, para novos e modernos equipamentos do tipo SPLIT, adequadamente dimensionados para os ambientes, considerando, 4 varas por andar tipo, inclusive com climatização do hall de espera e de segurança e controle, anteriormente sem equipamentos de climatização (8 unidades), bem como instalação sanitária para deficientes físicos, em todos os andares do Fórum. Nos espaços das secretarias existem dez equipamentos do tipo ACJ, dimensionados para os respectivos espaços internos, os quais encontram-se em manutenção preventiva e corretiva com assistência técnica contratada, em vigor.

Todos os equipamentos encontram-se em condições satisfatórias de funcionamento, no entanto, considerando possível obsolescência e demanda por otimização de funcionalidade, conforto, redução de ruído e de consumo de energia, estudos técnicos foram desenvolvidos e direcionaram pela oportunidade de serem modernizados considerando substituição por novos equipamentos do tipo Split, em fase de planejamento, para instrução de licitação para aquisição ainda no decorrer de 2023.

2.1.5. CONCLUSÃO PRELIMINAR DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO ACERCA DA ADEQUAÇÃO DO PRÉDIO DA RUA GOITACAZES, 1.475

Foram avaliadas neste estudo características do imóvel localizado à Rua Goitacazes, n. 1.475, relacionadas à sua utilização como Fórum da Primeira Instância da Capital, abrigando, nesse caso, as 48 (quarenta e oito) varas e os setores de apoio necessários.

Conforme se verifica do item 2.1.2 do ETP, que trata da ocupação atual do prédio da Goitacazes, as varas estão distribuídas por 12 (doze) pavimentos tipo – do 5º ao 16º, sendo os demais ocupados por unidades de apoio, excetuando-se o 4º



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

pavimento, destinado a setores relacionados à Secretaria de Saúde.

A ocupação se dá, portanto, com 4 (quatro) varas por pavimento, cujo layout impede a interligação das salas de audiência às suas respectivas secretarias. Além disso, copas e banheiros de uso restrito de servidores são compartilhados por duas secretarias e não há gabinetes de magistrados na maior parte das secretarias.

Em termos normativos, há ambientes com áreas inferiores aos referenciais mínimos (notadamente secretarias e gabinetes), embora isso não constitua, em princípio, óbice objetivo à utilização, haja vista flexibilizações que a Resolução nº 70/CSJT admite (item 2.1.2.2 do ETP).

Em termos funcionais, o layout atual da secretaria apresenta capacidade máxima de até 11 (onze) postos de trabalho com o mobiliário padrão deste Regional (mesas em “L”) embora, nessa configuração, haja prejuízo do espaço destinado a armários e outros mobiliários de apoio. Dadas as limitações dimensionais, o incremento na capacidade de postos de trabalho poderia ser feito a partir de estudo sobre a redução das dimensões dos mobiliários de servidores e salas de audiência. Tal hipótese, contudo, torna mais acentuado o desvio da configuração aos parâmetros da Res. 70/CSJT, sobretudo quanto ao parâmetro m²/servidor (ver Quadro 6), indicando perda de qualidade do ambiente de trabalho em relação às demais varas em outros imóveis deste Regional.

Ainda quanto à ocupação, o estudo identificou que a implantação de gabinete para magistrado, além de acentuar as desconformidades em relação aos parâmetros referenciais de norma, resulta em um ambiente de secretaria limitado a, no máximo, 7 (sete) postos de trabalho, bem como na piora da qualidade da iluminação e ventilação natural da secretaria pelo confinamento de esquadrias (item 2.1.2.3 deste ETP).

Quanto à qualidade do isolamento acústico das salas de audiência (item 2.1.2.4 deste ETP), há projeto e especificações para incremento de sua capacidade via reforma e reconstrução das paredes de fechamento entre os ambientes. Tal reforma, segundo o projeto, se executada, deverá promover o isolamento acústico mínimo requerido em norma para funcionamento simultâneo das



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

audiências em cada pavimento. Por outro lado, resultará em diminuição das dimensões físicas das salas de audiência o que, por sua vez, restringe ainda mais as condições de acessibilidade, já exemplificadas no item 2.1.2.5.

O tratamento das intervenções para adaptações do imóvel aos requisitos de acessibilidade, por sua vez, será objeto de contratação específica, conforme item 2.1.2.5 deste ETP. Nesse particular, mesmo considerando se tratar de edificação existente e à luz das flexibilizações que norma NBR 9050:2020 autoriza, é inegável que a configuração atual da edificação, com quatro varas por pavimento, reduz as possibilidades de adaptações em função da baixa flexibilidade de layout decorrente das restrições dimensionais (áreas construídas, circulações, sanitários etc.).

Quanto aos sistemas de elevadores, conforme informações prestadas pela SEGPRES (item 2.1.4 deste ETP), estão em curso reformas de modernização de todos os equipamentos do imóvel cuja previsão de término é meados de 2024. Nesse período, os elevadores existentes serão modernizados e entregues para utilização gradativamente conforme cronograma daquela Secretaria. A Unidade apresentou, ainda, memória de cálculo de tráfego indicativa da sua compatibilidade com a norma e indicou que o sistema terá capacidade de transportar 94 (noventa e quatro) passageiros a cada 5 min.

Quanto aos sistemas de climatização, conforme informações prestadas pela SEGPRES (item 2.1.4 deste ETP), há sistema de condicionamento de ar em todos os ambientes indicados para uso das Varas e apoios, e parte dos equipamentos de ar condicionado já foi modernizada para versões mais eficientes do tipo *split inverter*, sobretudo nas salas de audiência e espera de público. Há, ainda, estudos em curso para modernização do restante dos equipamentos do imóvel.

Diante das ponderações feitas, das características da edificação avaliadas neste estudo e dos resultados obtidos, esta Equipe de Planejamento conclui que, **embora o imóvel da rua Goitacazes, 1.475, esteja funcionando na configuração atual de 4 (quatro) varas por pavimento, há limitações capazes de impactar as atividades, sobretudo no que se refere às características**



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

dimensionais (mormente, área construída por vara) e de *layout*.

Tais limitações podem constituir um indicativo à Administração da necessidade de se envidar esforços adicionais na melhoria da configuração das varas da capital, além daqueles já empreendidos na modernização de sistemas e melhorias de funcionamento (elevadores, climatização, isolamento acústico, acessibilidade etc.)

Deste modo, diante das conclusões obtidas, a Equipe de Planejamento levou ao conhecimento do demandante (Presidência e Diretoria-Geral), no primeiro momento dos estudos, o diagnóstico elaborado acima e as conclusões até então obtidas, para avaliação preliminar ([doc. 26272-2023-2](#)).

Foi solicitado, à época, a análise das seguintes soluções vislumbradas pela EPC:

- (i) continuidade da ocupação atual do imóvel da Rua Goitacazes, 1.475, pelas 48 (quarenta e oito) Varas, mesmo diante das limitações de área intransponíveis identificadas;
- (ii) busca de alternativas de espaço físico para migração parcial das Varas do prédio da Rua Goitacazes, 1.475, de modo a permitir estudos de layout para outra configuração (por exemplo, com três varas por pavimento ou outra solução possível). Nessa hipótese, o Fórum da Capital funcionaria dividido em imóveis distintos;
- (iii) busca de alternativas de espaço físico para migração total das Varas do prédio da Rua Goitacazes, 1.475, incluindo serviços de apoio, de modo a manter o Fórum funcionando em único endereço.

Posteriormente, e conforme síntese breve do item 2 deste ETP, a Administração definiu o escopo dos estudos subsequentes como a busca por alternativa definitiva de espaço físico para as Varas da Capital mediante aquisição, nos termos do processo [e-PAD 26.278/2023](#).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

2.2. DECISÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Diante do envio, à Alta Administração deste Tribunal, do diagnóstico da ocupação do imóvel da Rua Goitacazes, 1.475 (itens 1 e 2 deste ETP), realizado por meio do documento anexo (Anexo III), o Diretor-Geral encaminhou ao Exmo. Desembargador Presidente proposição de acolhimento da terceira ação apresentada pela EPC (Anexo IV).

Nesse sentido, foi exarado, pela Presidência deste Regional, despacho em que constou a seguinte diretriz (Anexo IV):

***determino** a continuidade dos trabalhos pela EPC, que deverá considerar, como ação para tratamento dos problemas apresentados, a mudança de todas as referidas unidades para um único imóvel, com estrita observância da legislação que rege a matéria, em especial Lei n. 14.133/2021, Resolução CSJT n. 70/2010 e Instrução Normativa SEGES/ME n. 103/2022, bem como das orientações constantes do OFÍCIO CIRCULAR CSJT.SG.CGCO Nº 96/2023 (E-pad n. 18157-2023).*

Como etapas subsequentes, os estudos técnicos focaram nas definições relativas ao programa de necessidades que o novo imóvel deverá apresentar para abrigar o Fórum da Justiça do Trabalho de Belo Horizonte e setores associados. Após alguns ajustes e definições feitas pela Administração, conforme se pode verificar nos autos juntados ao [processo e-PAD 26.278/2023](#), foi elaborada a versão definitiva e consolidada do programa, cujos detalhes são apresentados nos itens seguintes deste ETP.

O programa de necessidades foi inicialmente elaborado considerando a possibilidade, à época, de se prospectar a locação ou aquisição de imóvel já adaptado pelo ofertante (*built to suit*), modalidade em que o participante do certame deveria ter acesso à totalidade do programa de necessidade de modo a dimensionar com maior precisão o montante de serviços de adaptação a executar e, conseqüentemente, sua proposta. Ponderamos, no entanto, que o escopo original do ETP foi modificado no decorrer do [processo e-PAD 26.278/2023](#) de modo que, atualmente, a prospecção imobiliária que se pretende não contemplará a oferta de



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

imóveis já adaptados, motivo pelo qual o programa de necessidades já aprovado pela Administração será empregado como instrumento interno de avaliação técnica da viabilidade de uso de imóveis participantes do certame, já que possíveis adaptações serão feitas a cargo deste Regional.

3. PROGRAMA DE NECESSIDADES APROVADO

Tendo como horizonte a transferência integral do Fórum da Justiça do Trabalho de Belo Horizonte para novo imóvel, apresenta-se a seguir o programa de necessidades aprovado pela Administração para o novo Fórum da Justiça do Trabalho de Belo Horizonte e setores associados. Tal programa foi elaborado tendo como paradigma a concentração, no mesmo imóvel, de setores cuja operação configuraram apoio à Primeira Instância da Capital.

3.1. FÓRUM DE BELO HORIZONTE

O edifício deverá contar com área construída para instalação dos seguintes setores:

- a. 48 Varas do Trabalho;
- b. Secretaria de Apoio Judiciário;
- c. Secretaria de Atermação e Distribuição de Feitos de 1º Grau;
- d. Secretaria de Mandados Judiciais;
- e. Secretaria de Cálculos Judiciais;
- f. Juízo Auxiliar de Execuções;
- g. Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas de 1º Grau;
- h. Unidades de apoio administrativo;
- i. Espaço físico para exercício de atividade de apoio à prestação jurisdicional;
- j. Áreas técnicas.

3.1.1. VARAS DO TRABALHO

A célula básica de sede jurisdicional para funcionamento de uma Vara do Trabalho é estruturada por um conjunto mínimo de ambientes de trabalho composto por:

- a. Gabinete para magistrado;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

- b. Sala para as assistentes;
- c. Sala de audiências;
- d. Sala de conciliação;
- e. Secretaria;
- f. Copa;
- g. Sanitários acessíveis feminino e masculino;
- h. Sanitário acessível privativo para magistrado.

O programa arquitetônico das Varas deve contemplar área para o público com os seguintes ambientes:

- a. Espera para as audiências;
- b. Sanitários acessíveis feminino e masculino.

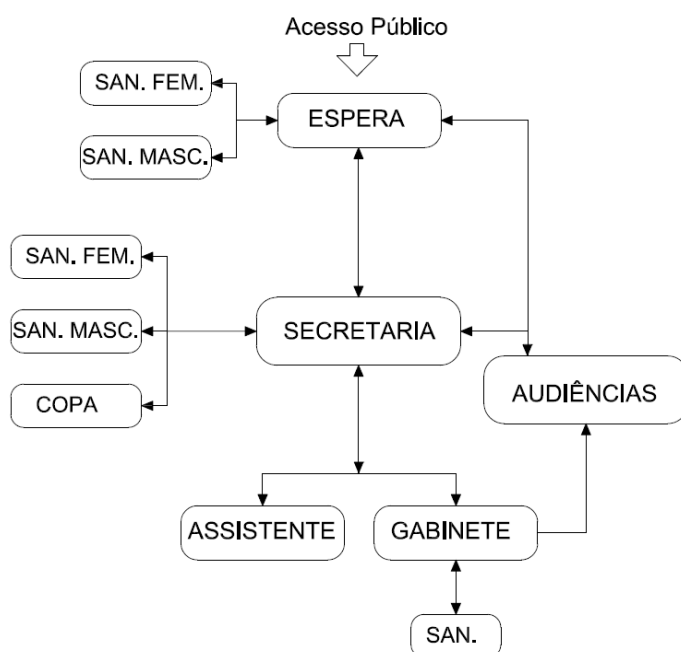


Figura 21 - Distribuição esquemática dos ambientes das Varas do Trabalho
Fonte: Secretaria de Engenharia

Nota: O dimensionamento e disposição das áreas de apoio ao público dependerá da configuração do prédio. Conforme decisão da Administração ([doc. 26278-2023-39](#)), as áreas de espera e sanitários para uso público poderão ser compartilhadas por mais de uma vara do trabalho. Neste caso, o quantitativo de



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

assentos e sanitários deverá ser compatível com o número de usuários e atender aos normativos aplicáveis, mas considerando que duas instalações sanitárias (uma por gênero) poderão atender a no máximo quatro Varas do Trabalho, no caso de compartilhamento de espera.

3.1.2. APOIO À 1ª INSTÂNCIA

O programa arquitetônico deve contemplar área construída para apoio à 1ª Instância e terceirizados, composta, no mínimo, pelos seguintes ambientes:

- a. Secretaria de Apoio Judiciário:
 - i) Espera/Recepção;
 - ii) Sala Diretor do Foro;
 - iii) Sala do secretário;
 - iv) Secretaria;
 - v) Copa;
 - vi) Sanitários acessíveis feminino e masculino;
 - vii) Sanitário acessível privativo para secretário;
 - viii) Sanitário acessível privativo para magistrado.

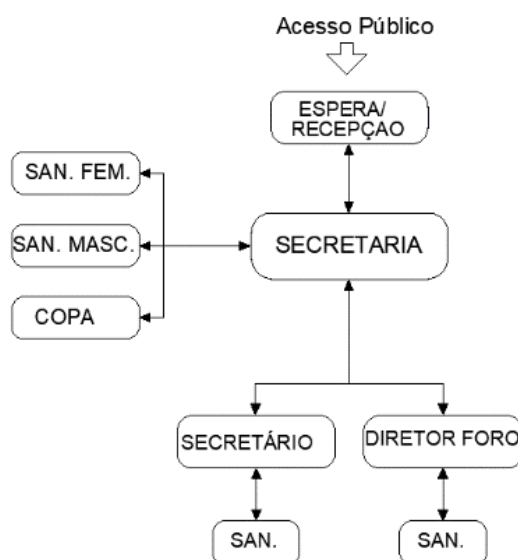


Figura 22 - Distribuição esquemática dos ambientes do Apoio à 1ª Instância
Fonte: Secretaria de Engenharia

- b. Secretaria de Atermação e Distribuição de Feitos de 1º Grau:
 - i) Espera;
 - ii) Sala para oitiva;



-

- c. Secretaria de Mandados Judiciais:
 - i) Sala para secretário;
 - ii) Secretaria;
 - iii) Copa;
 - iv) Sanitário acessível privativo secretário;
 - v) Sanitários acessíveis feminino e masculino.
- d. Secretaria de Cálculos Judiciais:
 - i) Sala para secretário;
 - ii) Secretaria;
 - iii) Copa;
 - iv) Sanitário acessível privativo secretário;
 - v) Sanitários acessíveis feminino e masculino.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

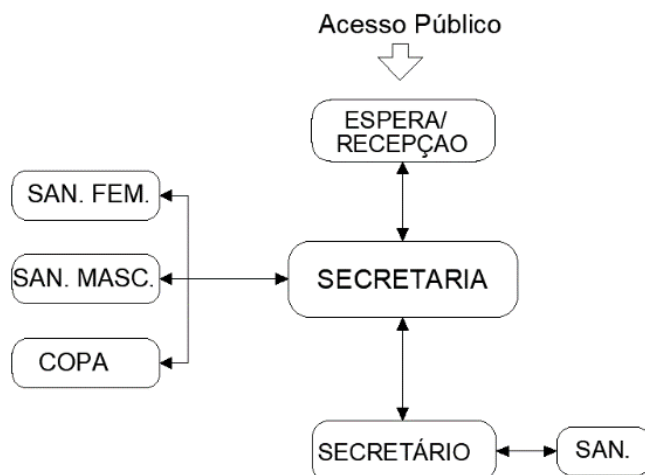


Figura 24 - Distribuição esquemática dos ambientes das Secretarias de Mandados Judiciais e Cálculos Judiciais

Fonte: Secretaria de Engenharia

- e. Juízo Auxiliar de Execuções;
 - i) Sala de audiências;
 - ii) Sala para secretário
 - iii) Secretaria;
 - iv) Copa;
 - v) Sanitário acessível privativo secretário;
 - vi) Sanitários acessíveis feminino e masculino;
 - vii) Núcleo Garimpo;
 - viii) Núcleo de Pesquisa Patrimonial;
 - ix) Sala do magistrado responsável;
 - x) Sanitário acessível privativo para magistrado.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

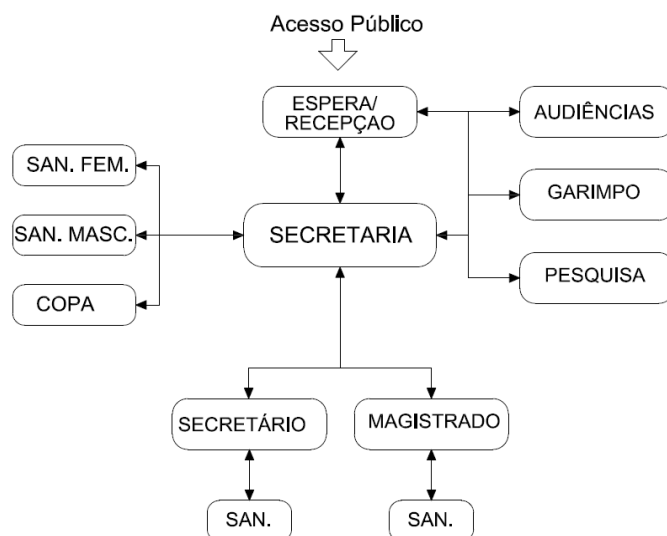


Figura 25 - Distribuição esquemática dos ambientes do Juízo Auxiliar de Execuções
Fonte: Secretaria de Engenharia

- f. Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas de 1º Grau:
 - i) Espera;
 - ii) Sala do magistrado responsável;
 - iii) Salas de conciliação (3 unidades);
 - iv) Secretaria;
 - v) Copa;
 - vi) Sanitários acessíveis feminino e masculino;
 - vii) Sanitário acessível privativo para magistrado.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

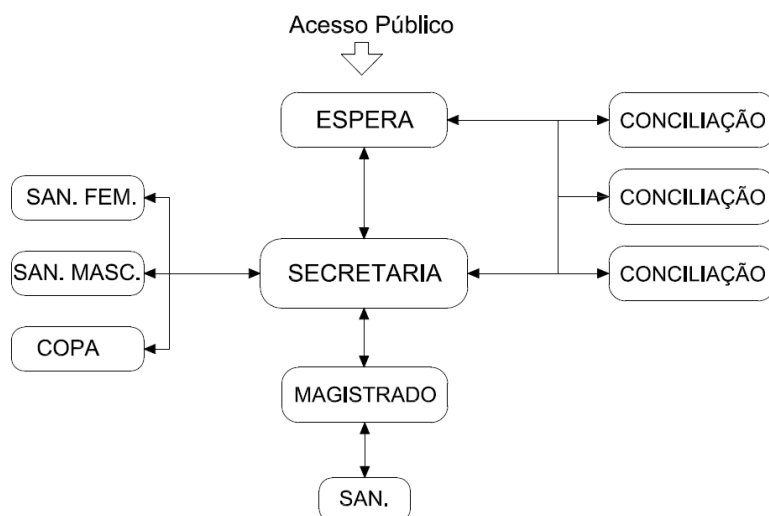


Figura 26 - Distribuição esquemática dos ambientes do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas
Fonte: Secretaria de Engenharia

- g. Unidades de Apoio Administrativo:
- i) Espaço para Secretaria de Serviços Terceirizados;
 - ii) Espaço para Secretaria de Segurança;
 - iii) Vestiários acessíveis feminino e masculino para atender 30 pessoas de cada gênero ao mesmo tempo;
 - iv) Refeitório para atender 30 pessoas ao mesmo tempo;
 - v) Espaço para apoio à Secretaria de Infraestrutura Tecnológica;
 - vi) Espaço para apoio à Secretaria de Gestão Predial;
 - vii) Espaço família incluindo, no mínimo, salas de amamentação e alimentação, trocadores, espaço para crianças e sanitário acessível unisex;
 - viii) Depósito geral para armazenamento de materiais;
 - ix) Espaço reservado para a Administração, composto por gabinete e sala multimeios com aproximadamente 100 m².

Nota: As unidades de apoio administrativo deverão ser atendidas por, no mínimo, um conjunto composto por copa e sanitários acessíveis feminino e masculino. Cada pavimento deverá dispor de um depósito de material de limpeza com tanque.

- h. Espaço físico para exercício de atividade de apoio à prestação jurisdicional:
- i) Sala para advogados com instalação sanitária;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

ii) Sala para AMATRA com instalação sanitária.

i. Estacionamento:

i) No mínimo 107 vagas de estacionamento, coberto e pavimentado, com interligação física e acesso independente e exclusivo à edificação¹⁴.

j. Áreas técnicas:

i) QGBT;

ii) CPD;

iii) Ar Condicionado¹⁵;

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Diante da determinação da Presidência quanto à mudança de todo o Fórum da capital para um único edifício, bem como considerando solução definitiva de ocupação em imóvel próprio da União (evitando ocupação de imóveis de terceiros mediante aluguel), foi elaborado estudo considerando todas as possíveis soluções para isso, quais sejam:

- i. utilização de imóveis da União entregues ao TRT3;
- ii. destinação do TRT3 de imóvel de propriedade da União, Estado ou Município;
- iii. utilização compartilhada de imóvel com outro órgão da Administração Pública;
- iv. aquisição de imóvel (somente terreno ou imóvel edificado).

Informamos que o estudo de cada opção foi realizado analisando aspectos qualitativos de cada uma, não englobando a análise econômica. Tal fato se deu pela inexistência de imóvel definido para o atendimento da demanda, não sendo, portanto, viável e factível o levantamento dos valores envolvidos.

¹⁴ Conforme sugestão do CSJT, o requisito de estacionamento será flexibilizado no Edital de Chamamento para contemplar, também, imóveis cujo estacionamento demande obras ou reformas de modo a torná-lo *coberto e pavimentado, com interligação física e acesso independente e exclusivo à edificação*. A flexibilização visa ampliar as possibilidades de imóveis ofertantes, desde que as adaptações sejam tecnicamente possíveis.

¹⁵ A necessidade de cômodo para Ar Condicionado depende do sistema a ser adotado.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Apresenta-se a seguir um panorama geral de cada eventual solução, considerando a legislação, normativos e jurisprudências vigentes e a viabilidade técnica de cada opção.

4.1. UTILIZAÇÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO ENTREGUES AO TRT3

Os imóveis da União situados em Belo Horizonte e entregues ao TRT3 estão relacionados a seguir, para fins de avaliação da possibilidade de ocupação pelo Fórum Trabalhista de Belo Horizonte.

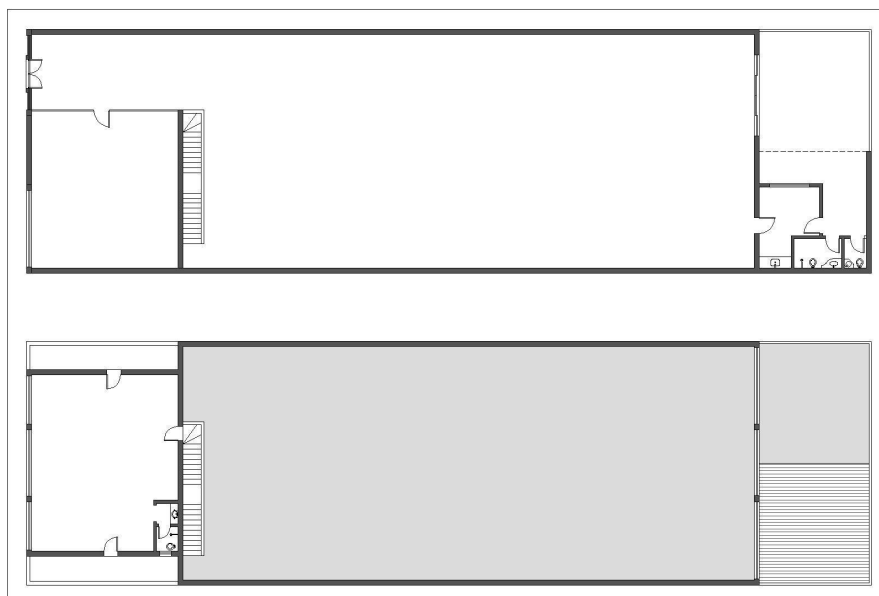
4.1.1. AVENIDA AMAZONAS

O imóvel localizado na Avenida Amazonas, 3.010, Bairro Prado, RIP Utilização n. 4123 00098 500-4, caracteriza-se por edificação da tipologia galpão.

A área construída de 550,42 m² está distribuída entre pavimento térreo, que comporta espaço de armazenagem e área de apoio com sanitários e copa; e mezanino, com sala de escritório.

Está integralmente ocupado pela Seção de Triagem da Secretaria de Material e Logística.

A Matrícula n. 36.163 descreve um terreno com área de 585,60 m². Simulando o potencial construtivo máximo estabelecido pela Lei n. 11.181/2019, a área máxima edificável no terreno da União é de 2.928,00 m².





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Figura 27 - Planta do imóvel - Avenida Amazonas

Fonte: Secretaria de Engenharia



Figura 28 - Fachada do imóvel situado na Avenida Amazonas.

Fonte: Google Maps, 2023

4.1.2. AVENIDA DO CONTORNO

O imóvel situado na Avenida do Contorno, 4.631, Bairro Serra, é um edifício vertical, composto por térreo, mezanino, estacionamento, pilotis e 11 pavimentos tipo, que abrigam a sede administrativa do TRT3. O imóvel ainda não foi entregue formalmente a este Tribunal e não foi cadastrado no SPIUnet pela Secretaria do Patrimônio da União. O processo de desapropriação ainda não foi concluído no âmbito judicial. Tal fato impede a regularização cartorial pela SPU e a entrega formal para este Regional.

A projeção da edificação, de 10.986,91 m² de área construída, ocupa a totalidade do terreno de 1.867,77 m². O imóvel está integralmente ocupado por unidades deste Regional.